



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Firmino Raposo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de dois Deputados suplentes à Assembleia Nacional.

Nos termos do artigo 235.º do Regimento da Assembleia Nacional, procedeu-se a um debate sobre assuntos relevantes de interesse nacional, concretamente sobre a situação em que o XV Governo Constitucional encontrou o País, sendo o debate aberto com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa).

Nos debates produziram intervenções, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e dos Srs. Ministros do Plano e Finanças (Hélio de Almeida), de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Osvaldo d'Abreu) e da Juventude e

Desporto (Albertino Boa Morte), os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL), Delfim Neves (PCD), Albertino Bragança (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD) e Jorge Amado (MLSTP/PSD).

O debate foi encerrado com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

O Plenário aprovou, na generalidade, especialidade e em votação final global o projecto de resolução n.º 59/IX/13, tendo usado da palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, bem-vindos a esta Casa Parlamentar.

De acordo com a nossa ordem do dia, esta sessão foi convocada, tendo em conta uma nota de solicitação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro que, em obediência ao artigo 235.º do nosso Regimento, pediu o agendamento de um debate sobre questões relevantes de interesse nacional, nomeadamente a situação em que este Governo encontrou o País.

Para realizarmos esta sessão, vamos cumprir as formalidades todas, sei que alguns grupos parlamentares solicitaram a substituição dos seus Deputados, pelo que antes de declarar aberta a sessão gostaria que cumpríssemos essa formalidade. Daí que passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Deolindo da Mata): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler o Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos 14 dias do mês de Fevereiro do ano 2013, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Iazalde Lopes do Sacramento Rita e Osvaldo do Nascimento Rodrigues, dos Círculos Eleitorais de Água Grande e Lembá, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Domingos Monteiro Fernandes e Manuel Martins Quaresma, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai ser assinado por Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário da Mesa, que o lavrou».

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Cumprindo esta formalidade, que é a substituição dos Srs. Deputados, aproveito a ocasião para, em nome das Sras. e dos Srs. Deputados, dar as boas-vindas aos nossos dois novos colegas, desejando-lhes bons êxitos e um bom desempenho nos seus respectivos grupos parlamentares e também na Assembleia Nacional.

De seguida, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar a Sra. Ministra da Justiça e dar-lhe as boas-vindas a esta Casa Parlamentar.

Dizia eu anteriormente que esta sessão foi convocada a pedido do Governo e, estando reunidas as condições, declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Deolindo Luís da Trindade da **Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Danilo Neves **dos Santos**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa das Neves
Higino Vera Cruz **Will**
Iazalde Lopes Sacramento **Rita**
José da Graça **Viegas** Santiago
Jorge Amado
Joaquim **Rafael Branco**
Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Osvaldo do Nascimento **Rodrigues**
Silvia Ambrósio Gil **do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Ambrósio Gil do Espírito Santo

Delfim Santiago das Neves
Firmino João Raposo
Francisco Inácio da Silveira Rita
José Luís **Xavier Mendes**
Maria Edite Salvaterra Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedi aos serviços para convocar Sua Excelência o Primeiro-Ministro e os respectivos membros do Governo.

Pausa para a entrada dos membros do Governo na Sala.

Sras. e Srs. Deputados, em vosso nome, gostaria de dar as boas-vindas ao Sr. Primeiro-Ministro e aos demais membros do seu Governo e desejar-lhes, antecipadamente, êxitos nesta sessão da Assembleia Nacional.

Como dizia, Excelências, convocamos esta sessão a pedido do Governo, cumprindo o que fixa o nosso Regimento, no seu 235.º, no qual o Governo pede à Assembleia o agendamento de um debate sobre questões relevantes de interesse nacional, nomeadamente a situação em que este Governo encontrou o País.

Estão todos recordados que este Governo surgiu na sequência da crise instalada nos últimos meses do ano anterior e que deu origem à constituição do XV Governo e também à eleição de um novo Presidente da Assembleia.

Cumprindo o Regimento, o Presidente da Assembleia, que recebeu a nota do Governo a 8 de Fevereiro, reuniu a Conferência de Líderes no dia 11 para que, no respeito aos prazos fixados no máximo de 10 dias, dada a urgência da questão solicitada pela Sua Excelência o Primeiro-Ministro, que contou com a presença de todos os seus integrantes, constando apenas a ausência do Líder da Acção Democrática Independente, decidiu fixar este debate para hoje, ao abrigo da Lei anteriormente citada.

Gostaria também de recordar aos Srs. Deputados que o nosso Regimento fixa algumas regras para este debate e, no respeito ao artigo 158.º, a Conferência de Líderes fixou o tempo, que é distribuído da seguinte forma: 92 minutos para o Governo, que solicita o debate; 92 minutos para o Grupo Parlamentar do ADI, que persiste na sua ausência; 78 minutos para o MLSTP/PSD; 33 minutos para o PCD e cinco minutos para o MDFM-PL.

Estando reunidas as condições elementares e básicas para a realização desta sessão, com a vossa permissão, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de convidar Sua Excelência o Primeiro-Ministro para fazer uso da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Membros da Mesa da Assembleia, Ilustres Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências: Venho satisfazer uma necessidade que se me impõe na minha qualidade de Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e pretendo cumprir com a vontade de quem quer dar o melhor de si no conjunto do contributo de todos para o relançamento do País que é nosso.

Por isso mesmo, para abordar o «estado da Nação» privilegiarei, antes de mais, revelar a Vossas Excelências as prioridades do Governo para resolver os problemas que hoje se nos colocam e que já circulam nos corredores da crítica são-tomenses, como o «caso Elsa Pinto». Ao abordar esse contratempo, como Vossas Excelências compreenderão, quero referir-me ao quadro político-constitucional em que se procedeu à composição e tomada de posse do Governo que hoje tenho a honra de dirigir. Conforme tive a ocasião de deixar claramente expresso aquando da tomada de posse, trabalharemos em conjunto, o Governo e os Deputados da maioria, agindo em sintonia com o Sr. Presidente da República e animados, única e exclusivamente, com o empenho e determinação de bem servir a Nação e o povo são-tomense.

Sras. e Srs. Deputados, é movido por essa vontade de servir que, num quadro de concertação para a nomeação de um magistrado que nos pudesse dar a garantia de representar fiel e condignamente os interesses do Estado são-tomense, a nossa opção recaiu sobre a figura da Sra. Dra. Elsa Teixeira Pinto, conhecidas que são as suas qualidades técnicas e diligentes, comprovadas evidentemente no percurso que dela conhecemos.

Detalhes da sua vida particular que, infelizmente, desconhecíamos, porém, vieram perturbar a relação do comprometimento do Governo para a sua manutenção no cargo e é com toda a hombridade que o Governo reconhece e assume a responsabilidade de sarar qualquer situação perturbadora do funcionamento regular da Procuradoria-Geral da República e encontrar alternativas que garantam o apaziguamento e a normalidade nas relações institucionais, após o desfecho desse infeliz acidente.

Sras. e Srs. Deputados, passados dois escassos meses após a nossa tomada de posse, os nossos esforços têm-se centrado ainda na construção de alicerces que permitam uma acção governativa centrada nos propósitos da satisfação das aspirações dos cidadãos. Muitos manifestam-se desiludidos, fundamentalmente no seio da juventude, pelo adiar sistemático da concretização dos seus anseios e vulneráveis ao assédio sistemático dos vendedores de milagres.

O que temos como contraproposta é a nossa vontade e coragem para trabalhar afincadamente e superar as dificuldades que encontramos nas instituições sob a nossa responsabilidade.

Não temos escamoteado desde o início que uma das dificuldades que encontramos reside no facto de não ter havido, da parte daqueles que detinham os dossiers do Estado, a hombridade de passar os dossiers de forma que pudéssemos prosseguir com as tarefas importantíssimas do Estado, na luta contra a pobreza, no desenvolvimento sustentado do País, na redução das desigualdades, bem como todo um conjunto de acções tendentes a colocar São Tomé e Príncipe no patamar da modernidade.

Sobre a situação económica recente, diria aos Srs. Deputados que as fragilidades macroeconómicas do País são profundas e reflectem-se, entre outros, numa estrutura económica totalmente dependente do exterior; numa balança de pagamentos cronicamente deficitária e num nível de endividamento externo que, apesar do perdão da dívida ocorrida em 2007, está de novo a crescer de forma preocupante.

As infra-estruturas sociais e produtivas são claramente incipientes e com um elevado nível de ociosidade e um tecido empresarial ainda embrionário e com fraca capacidade de criação de emprego. Por conseguinte, achamos que devemos ter em atenção que a partir desses constrangimentos de natureza estruturais que caracterizam o sentido da evolução histórica do sistema económico, financeiro e social são-tomense, tem-se que reconhecer que existem contradições nas análises sobre a situação macroeconómica e, conseqüentemente, o reconhecimento de níveis de eficácia produzidos pelos diferentes instrumentos de políticas económicas, financeiras e sociais.

De facto, na nossa perspectiva, não correspondem total verdade as conclusões que se enquadram em determinados relatórios produzidos pelas diferentes instituições sobre a coerência das decisões políticas no âmbito do sistema governativo, que tem a tradução da inexistência de garantias de níveis de sustentabilidade no processo de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

O seu particular significado com que se propõe conclui que existe sinais de alguns progressos que se enquadram nas diversas iniciativas governamentais, tais como: impactos produzidos pelo recente acordo de cooperação económica assinado em 2009, a estratégia nacional de redução da pobreza e os programas de ajustamento económico apoiado pelo FMI.

De facto, constata-se que existem contradições na análise económica e financeira reproduzida ou então sobre o impacto produzido pelo acordo cambial, quando a ele está associado o abrandamento da cadência inflacionária, uma expansão moderada de liquidez, o aprofundamento da consolidação orçamental e o ritmo de crescimento moderado.

A paridade fixa com o euro tem-se revelado num factor importante para a estabilidade macroeconómica do País, embora não seja suficiente para manter a inflação a níveis desejáveis, evidenciando o carácter estrutural da inflação no contexto nacional e a necessidade da adopção de medidas de resposta no lado da oferta. Trata-se de um regime cambial particularmente exigente para regulamentar e limitar a programação e execução do OGE e a disponibilidade de financiamento.

Relativamente ao sector real de crescimento económico, o objectivo central do sistema governativo é a garantia de coordenação de integração de níveis de eficácia dos diferentes instrumentos de políticas sectoriais nas suas dimensões institucionais, regulamentais, económicas, financeiras e sociais que conduzam a maior interdependência entre o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado.

A partir deste pressuposto é que se deve conformar a orientação estratégica de crescimento e desenvolvimento e, tomando em conta a equação que serve de suporte à progressiva consolidação dos níveis de competitividade e de integração regional e internacional do sistema económico, financeiro e social.

Portanto, traçado este quadro introdutório, podemos rapidamente ver o que é que se dizia que se ia fazer, o que é que se fez e o que achamos que deve ser a saída para isto tudo. Temos o paradigma da transformação económica e modernização da sociedade e das instituições, mediante um crescimento económico sustentado e tendo como objectivo a redução da pobreza. Para isso, ter-se-á elegido sectores chaves, serviços financeiros e outros, o turismo e a agricultura. Para suportar esse estudo, portanto, a condição *sine qua non* era que houvesse estabilidade política sem corrupção, que pressupõe uma gestão sã. Vamos ver se efectivamente tivemos estabilidade sem corrupção e se tivemos uma gestão sã. Por isso, entro no capítulo da boa governação.

Vamos ver que acessos tivemos aos nossos mercados, mormente aos mercados da nossa sub-região, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, e o acesso aos mercados da CPLP, que no fundo são os nossos parceiros estratégicos para, por um lado, a nossa integração regional, refiro-me a questão da CEAC, particularmente.

Vamos ver que dinamismo se verificou, que criatividade é que houve, quais os conhecimentos que foram adquiridos e que formações é que foram feitas. Por isso é que falei aos Srs. Deputados sobre o paradigma da transformação económica e da modernização da sociedade: recursos humanos, cultura de trabalho; estrada e energia; porto e aeroporto e telecomunicação, que entram no quadro das infra-estruturas. É através disto que podemos ver o que é que foi feito durante este período tão propaladamente promissor que se abria à económica são-tomense e que este Governo estava desnordeado e a afundar-se.

Eles vinham-se afundando a passos largos. Vinham claramente, há dois meses, no abrandamento do crescimento, dificuldades nítidas de se fazer pagamentos e vamos ver o que é que fez o governo que nos precedeu na sua fuga desordenada à responsabilidade que tinha, pelo estado em que deixou o País. Vão ver, Srs. Deputados, quando vos falar do estado de endividamento de São Tomé e Príncipe; quando falar-vos dos acordos que foram celebrados de forma pouco clara. Tem graça que os responsáveis dessa situação forneceram-me um instrumento que diria interessante, para escapelizar a situação encontrada no País.

O esquema que vos disse que nos deveria conduzir ao crescimento económico sustentado não foi trazido à colação à-toa. É que através dele vamos ver exactamente o que é que foi feito.

Tomemos a questão institucional. Que reformas foram feitas nesse período, para permitir que houvesse a estabilidade governativa? Que reformas foram feitas nesse sentido, para além do nome pomposo do Ministério da Descentralização, que permitisse, tanto aos órgãos do poder local como os do poder regional, beneficiar de uma cooperação com o poder central para que a gestão dos interesses específicos das colectividades locais e regionais fosse feita de forma satisfatória?

Que medidas foram tomadas para combater a corrupção? Não se combate a corrupção sem se ter tribunais que funcionem regularmente e em condições satisfatórias. Sabemos que um dos nossos maiores cancros ao nível do funcionamento institucional é, exactamente, o funcionamento deficiente dos nossos tribunais.

A reforma da justiça, tão propalada em todos os areópagos, ficou na gaveta, não foi feita e o momento mais marcante foi exactamente o Encontro Nacional de Justiça, realizado em 2009, que deveria abrir lugar a uma vasta reforma neste sector tão importante, como um dos pilares do Estado de direito democrático.

O XIV Governo foi incapaz, do ponto de vista institucional, de realizar a reforma da justiça, Não fez a reforma da justiça e ela ficou na gaveta.

Que me venham «explicar sem complicar» ...

Murmúrios e risos.

... porque é que durante esses dois anos não lançaram as bases para a realização da reforma da justiça, o que deveria permitir um combate eficaz e eficiente à corrupção, que é um dos grandes males que assolam o nosso país. Não foi por falta de aviso nem por falta de apoio. O que assistimos foi um confronto com os tribunais por causa da intromissão do XIV Governo numa área que não era da sua competência. Todos estamos lembrados da troca de galhardetes que houve entre os juízes e o XIV Governo, indivíduos que também tinham, efectivamente, algum apego pelo funcionamento normal da Justiça, mas assistimos, isso sim, a uma tentativa de instrumentalização mormente da Procuradoria-Geral da República, utilizando processos forjados contra dirigentes e responsáveis como arma de arremesso.

Por isso é que sempre insistimos que devíamos ter muito cuidado para que as instituições não estivessem a outros serviços que não fosse ao serviço da democracia. A magistratura do ministério público é hierarquizada, que funciona de forma autónoma e é preciso que quem esteja à testa desta magistratura não esteja ao sabor de interesses políticos, e é o que se verificou. Estamos lembrados de uma declaração produzida ao nível da chefia do ministério público, pugnando pelo reforço do arsenal penal para reprimir as pessoas que tivessem um comportamento que ofendesse a figura do então Primeiro-Ministro. Pergunto, e agora?

Quando vemos a quantidade de panfletos, – parafraseando líder do ADI, «política de panfletos» – que é produzido num instituto privado de fins públicos, que é a Fundação Solidariedade, esses panfletos atentam contra a dignidade dos órgãos do Estado constitucionalmente instituídos. São autênticos crimes, vilipendiando órgãos de soberania, o que é inadmissível e não tem cobertura num Estado de direito democrático.

Quando um líder partidário se refere à figura do Presidente da República, se ele tivesse poder de decência e espírito de responsabilidade, como líder partidário, deveria referir-se à figura do Presidente da República com respeito e não nesse desbocar, nesse linguarejar completamente inusitado em democracia.

O que se pretende é banalizar as instituições e lançar a confusão para que não haja estabilidade. Porque não criaram condições para a estabilidade, porque não fizeram reformas que eram necessárias para criar um ambiente são, para que houvesse a transformação económica e a modernização da sociedade e das instituições são-tomenses. Não fizeram e o resultado está à vista.

Esse panfleto devia dizer que na cadeia central o estado é calamitoso. Há bem pouco tempo houve fuga de seis presos, pondo em causa o sossego e a tranquilidade a que tem direito os são-tomenses. A cadeia está a ruir e não é o Governo de Gabriel Costa, em 2 meses, que colocou a cadeia no estado em que está. Foi falta de mestria para lidar com um problema que existe. Hoje representa um perigo para os guardas prisionais, que a qualquer momento podem receber arremesso de uma pedra, porque aquilo está, efectivamente, calamitoso.

Não houve medidas da reinserção social que permitissem que pessoas condenadas pudessem cumprir a pena, mas ao mesmo tempo serem preparadas para entrar no convívio social, porque a finalidade da pena não é para afastar definitivamente o cidadão do convívio social, é para corrigir.

Portanto, quando pavoneiam o mérito, a glória da governação anterior, grandes projectos megalómanos que não foram discutidos em sede própria e com as pessoas para que se apropriassem deles, mas apenas discutidos em gabinetes, porque a estratégia era para que as pessoas não soubessem exactamente o que se estava a fazer e é o que se viu com a história dos barcos, sem rejeito e despidoradamente, esses indivíduos produzem panfletos, fazendo referência àquilo que considero a vergonha deles. A estabilidade política faz-se com um entendimento, no quadro das instituições democráticas. Um Governo que não tem maioria absoluta, e ainda que a tivesse, deve saber que em vez de aliciar deputados para se sentar confortavelmente na cadeira e dirigir o País ao seu belo prazer, deveria encontrar na Assembleia o espírito de diálogo, de concertação e de entendimento nas coisas que são fundamentais para o País. Não foi feito. O anterior governo furtava-se sistematicamente a vir à Assembleia para poder dar satisfação aos Srs. Deputados, que tem a missão constitucional de fiscalizar a acção governativa. Portanto, claro que não podia

haver um ambiente de estabilidade para que houvesse um crescimento económico sustentado. Não havia esse ambiente porque não se criou. Por isso houve repercussão.

Não houve a boa governação. Uma coisa são aquelas medidas que se toma, enfim, no quadro do *show off* e outra são as medidas estruturais, sobre as quais devem assentar, digamos, o plano de desenvolvimento que nos conduzirão à transformação económica, à modernização da sociedade e das instituições.

O que é que houve ao nível do turismo? O que é que houve ao nível dos sectores que são chaves, dignos de realce para que aquele governo possa dizer que «sim senhor, estava tudo bem e agora está parado»? Estou pronto para dar continuidade àquilo que foi feito correctamente, em nome do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, mas devo dizer-vos que nesse esquema e o quadro introdutório que vos tracei a nossa situação não era assim tão brilhante como esses indivíduos pretendem e que deixaram o País.

É preciso ter-se muita lata, passo à expressão, para, 2 meses depois de se ter deixado o Governo, vir-se dizer que se quer visitar o hospital. O hospital foi a pior vergonha da desgovernação do XIV Governo, o governo de Patrice Emery Trovoada. Francamente, Srs. Deputados, se há um dos problemas que me atemoriza e que me tira o sono é realmente a situação da saúde, uma situação deveras calamitosa. Não sei com que cara é que esses indivíduos iam lá para cima quando estiveram na base desde desmoronar dos serviços de saúde aqui em São Tomé e Príncipe.

Duas semanas depois de termos sido investidos nas funções de governar o País não havia oxigénio no hospital; não havia consumíveis como reagentes, como hoje não há. Quando olhamos para a execução orçamental de 2012, verificamos que o Estado são-tomense despendeu 20 bilhões de dobras, em termos de despesas de capital, com a importação de medicamentos, mas para além desse aspecto, verificámos que há uma dívida para com a INFARMA superior a 300 000 euros, mais de 100 000 euros em dívidas com o Instituto Vale Flor e com a ENAMED, uma situação deveras preocupante e, entretanto, quando se procura medicamentos não há.

Essa é a gestão satisfatória, no quadro da boa governação e herdámos o hospital num estado caótico.

Outra instituição, as Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. As Forças Armadas conhecem carências terríveis. Ao invés de lidar com esta instituição para que ela possa cumprir as missões constitucionalmente consagradas, o anterior governo preferiu jogar com as Forças Armadas, jogar com a carência do sector para pescar em águas turvas. Hoje não há material de aquartelamento, os militares não têm fardas e botas, para comerem é preciso que façam turnos, porque não há prato e talheres suficientes para todos comerem ao mesmo tempo, não há veículos, falta tudo e sobretudo há um clima que não é favorável no seio das Forças Armadas, situações de injustiça.

Entretanto, vimos distribuição de alguns carros, não estamos contra os carros para as chefias, não é nada disso, é preciso que não se faça isso num espírito de clientelismo e que não se compadeça com o mando vertical que deve existir a nível das Forças Armadas. Devemos tomar as Forças Armadas como um sector sensível e sério e um governo sério, governo que não tem vícios, deve lidar com essa questão com responsabilidade de forma que tenhamos mais Forças Armadas Republicanas ao serviço pleno da democracia e efectivamente submetido ao poder político.

O que encontramos não dignifica o XIV Governo, uma situação deveras preocupante ao nível das Forças Armadas. Chegamos há pouco tempo e fizemos graduações, porque tudo obedecia a uma lógica de aproveitamento, de uma espécie de fidelidade, uma estratégia, no meu entender, completamente errada e avessa ao Estado de direito democrático, a forma como se deve lidar com as Forças Armadas e as forças de segurança. Claro que a situação não é muito melhor a nível das Forças de Segurança da Polícia Nacional. Há carências enormes.

Os senhores viram na televisão a situação das Forças Armadas e da Polícia no Príncipe, do Comando da Polícia em Neves, que é uma calamidade. Acho que as pessoas deviam ser mais responsáveis quando abrem a boca para dizerem, eu diria, algumas baboseiras em vez de reflectirem no erro que cometeram e que têm a obrigação de corrigir. Precisamos de um clima de estabilidade e trabalharemos para que haja esse clima. O que procuram é exactamente distrair-nos, imputar-nos coisas que foram feitas por eles para nos desnortear. Trabalhamos dia e noite, temos a noção de onde queremos ir. Sabemos exactamente a quem é que queremos servir. Não queremos servir as instituições para ganhar dinheiro.

Sras. e Srs. Deputados, será que alguém que pretende «explicar sem complicar» é capaz de explicar-me porque é que se toma 169 000 euros do Estado sob a capa de promoção do País e se contrai uma dívida com uma revista escrita em alemão, onde se faz a propaganda efectivamente do chefe do governo, em que ele vem na primeira capa? É por isso que dizem que estou a fazer ataque à figura do Primeiro-Ministro. Não é nada disso, não ataco nem odeio ninguém. O que estou a dizer é que isto para mim constitui uma anomalia, isto custou 192 000 euros, numa carta que o Sr. Ministro das Finanças endereçou...

Uma Voz: — Que ministro?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Américo Ramos, dizendo que o Banco Central, a ENCO e HBD Vida Boa deviam participar no pagamento dessa revista sem que elas tivessem sido previamente consultadas. Resultado, só HDB pagou 30 000 euros e manifestou a sua insatisfação, porque não tinha dado o seu assentimento para ser vinculado ao pagamento dessa dívida com a qual não tinha nada a ver. Também compreendo, teve direito, isso deve ser das coisas mais caras que devem ter pago. Esta parte com o

chamado «homem da lua» custou-lhe 30 000 euros. Não gostou da brincadeira e disse que não voltassem a repetir a cena.

As outras instituições disseram que não pagavam, porque não foram tidas nem achadas, então este Governo recebeu uma nota proveniente do representante do Jornal em que reclamavam ao Estado são-tomense o pagamento de 162 000 euros. Quando não há aspirina no Hospital, não há medicamentos essenciais, vou tirar 162 000 euros para poder pagar essa brincadeira? Isso é que é «explicar sem complicar».

Esses senhores que fazem panfletos têm que vir dizer como é que explicam essa utilização do erário público desta forma. Esta é a boa governação, boa gestão do dinheiro público? Dizemos que não.

Quando chegamos encontramos muitas coisas, mas havia alguns papéis que nos criaram alguma perplexidade. Vimos que só os gastos com as viagens do meu predecessor Patrice Trovoada, de 16 de Agosto a 31 de Dezembro de 2011, de Outubro até 2012, os gastos rondam os 398 991, quase 400 000 dólares. Foram 52 viagens, 12 em 2010, 22 em 2011, 18 até Outubro de 2012. Não estou a inventar nada, é o estado da Nação.

Uma das coisas que disse é que no quadro da contenção das despesas íamos fazer o necessário para evitar essas viagens e toda gente sabe que ele estava todo tempo no avião. Devia estar cá na Assembleia, porque é deputado, para explicar ou contradizer, não fazer política de cadeira vazia e de panfleto. Aquilo que eles diziam repugnar na altura, políticas de panfletos e de mentira, não estou a mentir.

No quadro institucional, o que verificamos? Os acordos mais polémicos foram assinados de forma esquisita, e dissemo-lo aqui. Falou-se no reconhecimento de Kosovo, vimos e dissemos que o governo não tinha competência constitucional para reconhecer o Kosovo, mas houve esse reconhecimento arbitrariamente e as pessoas têm que explicar porque o fizeram. Isso indicia o crime de usurpação de competências. Há uma separação de competências, e não é só isso, há vários casos.

Cada ministro que estava na orgânica do XIV Governo, como que estará na orgânica deste Governo, é competente e é o chefe da sua administração. Vamos ver acordos que vinculam o Estado, assinado por um ministro que não tinha nada a ver com a área e o outro desconhecia, e eram situações repetidas. Houve um acordo com uma sociedade sobre a questão de *Cruid Oil Location* e porque ninguém nos passou a pasta, ainda estamos a descobrir, nos meandros da administração, algumas coisas que foram feitas, mas dizia eu, há esse acordo que curiosamente o ministro que tutelava a área dos petróleos não foi quem assinou. Havia claramente avocação de competências de um ministro por outro ministro que o Primeiro-Ministro achava que era o seu fiel servidor. Eu havia dito que os ministros não estão a serviço do Primeiro-Ministro. Os ministros são chefes da sua administração conforme as regras constitucionalmente estabelecidas.

Como não nos passaram os dossiers, estava em curso o famoso projecto para construção do porto de águas profundas em Fernão Dias. Quanto a esse projecto que é estruturante para o nosso desenvolvimento, devíamos ter informações detalhadas sobre o estádio das negociações com a *Terminal Link* e não ser eu surpreendido, enquanto Chefe do Governo, com uma carta da Terminal Link a dizer que suspendeu a sua responsabilidade no contrato com São Tomé e Príncipe, porque não foi prorrogado, dizem eles, o tempo para continuar a buscar financiamento.

Claro está, Srs. Deputado, que diremos na altura devida, quando tivermos esse *dossier* completo, como é que pensamos salvaguardar os interesse do Estado são-tomense. Não se abandona um acordo dessa forma. Às pessoas que tiveram a gestão da coisa pública assistia o direito de não informar sob o protesto de que não reconhecem o Governo, não reconhecem as instituições, mas quando querem passaporte, vêm pedir...

Risos.

...quando querem salário, vêm buscar, sem trabalhar. É uma forma muito triste de estar na vida política. As pessoas até deviam prescindir, para serem coerentes com elas próprias de determinadas regalias, mas não se coíbem de fazer isso e os outros é que mamavam, é que tinham canal. Vimos um canal que deve ser maior que o canal da mancha e é esse canal que alimenta a instabilidade. Se havia pequenos canais de 5 milhões de dobras, como disse o outro, o canal que alimenta a instabilidade é muito maior, canal oculto e toda a luta que é feita neste país é exactamente para o controlo do canal. Um canal que devia servir para debelarmos problemas como a crise e a pobreza extrema tem servido para financiar ociosidade.

Não tenhamos ilusões sobre aquilo que foi dito relativamente aos grandes projectos. Admira-me todas essas viagens que referi e há outras que não estão cá porque foram feitas com aviões privados de companhias com as quais estamos a negociar, o que é promíscuo. Não se pode fazer luxo com o dinheiro do outro e sem ter o cuidado de preservar a separação que deve existir entre a função de decidir e o parceiro que está a negociar connosco, tem que haver um distanciamento. E o maior medo que essa gente tem é que sabem que estamos determinados a estabelecer essas fronteiras, porque estamos determinados a trabalhar conjuntamente para a dignificação do nosso Estado.

Houve uma ofensiva no sentido de poder-se queimar as figuras junto das instituições financeiras internacionais, demarches e correria para cima e para baixo como se aqui em São Tomé e Príncipe as pessoas não fossem livres, como se não houvesse democracia. Passa-se todo o comunicado que esses

indivíduos fazem contra o Governo, contra a minha pessoa, como o Sr. Presidente da República, porque somos verdadeiros democratas. É pena que não vêm para aqui para que haja um debate do contraditório e vamos favorecer debate do contraditório, debate de ideias, porque isso é que faz desenvolver a sociedade. Não vamos fazer aquilo que fizeram. Monopolizaram, transformaram os órgãos de comunicação social estatal num mecanismo de reprodução dos interesses partidários do partido ADI. Iam em perseguição das pessoas, esses indivíduos que dizem que o Governo vai meter droga e armas em casa das pessoas, de uma forma irresponsável, indivíduos alucinados. Conheço as bases do ADI e confundo, Srs. Deputados, a acção politicamente terrorista de algumas pessoas com a de gente séria do ADI que não se revê nesse comportamento oportunista de uma geração de oportunistas que o que buscam é exactamente semear a confusão para pescar em águas turvas.

O quadro é negativo, há algumas coisas por esclarecer, há algumas diligências que estão em curso, não no sentido persecutório. Isto nunca farei. Não há e nunca no meu coração coube vileza nem traição. Quero ser objectivo, quero estar ao serviço do bem. Não vou escamotear nada, não serei encobridor de nada. Cada um tem que ser responsável pelos actos que comete.

Em relação a infra-estruturas, pedimos os documentos do porto de Fernão Dias e pela resposta que nos deram, há 2 meses, não posso ser responsável pelo eventual fracasso dessas negociações que vinham correndo muito bem. Se as pessoas tivessem noção de Estado e se cumprissem as suas obrigações, vinham dizer seja o que for, porque cometeram crime e foi dito aqui por um professor catedrático que não entregar dossier do Estado é crime. Apagaram tudo que havia nos computadores, há pessoas que me deixaram completamente decepcionado, apagaram tudo. Isto não é mentira. A loucura, o devaneio fez com que esses indivíduos perdessem as estribeiras. Não se pode apagar a memória de uma administração, quando hoje muita coisa se faz na base do suporte digital.

Aeroporto. Há quanto tempo temos o Aeroporto no estado em que está? Quando esses indivíduos cessaram funções, que me digam como é que estava o Aeroporto de São Tomé e Príncipe. Avançou? Deixaram iluminado? Não. Temos um constrangimento em que o nosso Aeroporto, se não acautelarmos, deverá ser interdito. Máquinas que encontramos estão avariadas, hoje as pessoas entram para a aeronave sem serem devidamente controladas, quando sabemos exactamente o que se passa a nível da luta contra o terrorismo e outras actividades malélicas e não nos podemos esquecer que estamos na região do Golfo da Guiné, onde a pirataria tende a avançar para zonas mais vulneráveis como a nossa, onde o nosso sistema de vigilância é extremamente exíguo, onde as nossas forças não têm meios suficientes, sobretudo a Marinha, para poder fiscalizar, ter o controlo das nossas águas e sobretudo da nossa Costa. Temos notícias de concidadãos presos no exterior por tráfico de droga. Em São Tomé e Príncipe há mulas transportadoras de drogas, meus senhores. E essa situação preocupa-nos.

A Polícia de Investigação Criminal. Diga o XIV Governo em que estado deixou a Polícia de Investigação Criminal. Um estado caótico que fala por si. Há um relatório pago pelo PNUD sobre a situação da PIC. Que reformas é que foram feitas no sentido de se poder corrigir aquilo que existe na PIC?

Neste panfleto esses indivíduos dizem que baixaram a receitas fiscais. Parecem aprendizes de feiticeiro! Durante o Governo deles, vivia-se uma crise que estava ligada à greve nos portos em Lisboa. Como somos dependentes do exterior, particularmente Portugal que é a nossa principal porta de saída, isso nos afectou terrivelmente. O que um governo que acabou de chagar pode fazer para resolver o problema da greve em Portugal? Eles resolveram o problema da greve em Portugal, a nível dos portos? É Claro que isso teve uma incidência nas receitas fiscais e dificultou-nos sobremaneira a questão do pagamento dos salários. Esses indivíduos que provocaram a banca rota vêm hoje dizer que pagamos o salário com algum atraso. É preciso ser mesmo... quero conter-me para não sair do esquema que deve ser o institucional, para não chamar as coisas pelo seu nome, pelo respeito que tenho pelos Srs. Deputados e pela Nação. É incrível.

Murmúrios.

Vimo-nos a abraços para pagar o salário do mês de Dezembro e estavam a esfregar as mãos contentes. Dizem que são amigos do povo, sobretudo do povo pequeno? Vamos provar o contrário, porque quem é amigo do povo pequeno não pode recusar-se a assinar o acordo do donativo do arroz do Japão. Quando os japoneses vieram ainda estavam no poder e não assinaram, deixaram que os emissários japoneses fossem embora. Tivemos que fretar um avião Malabo/Libreville para que a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros pudesse negociar com as autoridades do Japão, para assinar o acordo que não assinaram por má fé, porque sabem perfeitamente bem que este acordo era necessário para obtermos o arroz proveniente do Japão. Fizeram mais.

O Ministro Américo Ramos encontrava-se a caminho de Tunis para assinar um donativo na ordem de mais de 8 milhões de dólares de ajuda a São Tomé e Príncipe e recebeu ordens...

Vozes: — De quem?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... do Chefe do governo, Patrice Trovoada, para não assinar e regressar, quando sabemos que isto era extremamente importante para ajudar São Tomé e Príncipe, cujo orçamento

depende em mais de 90% da ajuda externa, mas esses indivíduos assinaram coisas num período suspeito. Em 4 de Novembro, eles assinaram um acordo no domínio da Saúde, porque lhes interessava assinar aquele acordo. Naquela altura, o governo já tinha sido demitido. O actual Governo tomou posse no dia 12 de Novembro, portanto, no dia 4 de Novembro houve um acordo que foi assinado.

Meus senhores, andaram a dizer aqui aos quatro ventos que havia uma verba para o empreendedorismo juvenil e que nós éramos os responsáveis pela não continuidade desse processo e o Sr. Abnilde que foi Secretário de Estado é uma das pessoas um pouco incendiária nas declarações que faz, utilizando a Rádio Tropicana como palco.

Nós não somos repressivos, gostaríamos sim que isso se fizesse aqui de uma forma contraditória, mas covardemente eles escolheram a via do panfleto. Se isso lhes fica bem, o problema é deles.

Nós fomos ver onde é que estava esse dinheiro e chegámos à conclusão que esse dinheiro foi utilizado pelo XIV Governo, de Patrice Trovoada, para outras coisas, e nós temos a contabilidade. Portanto, nós afirmámos que íamos fazer uma utilização criteriosa desses fundos para o empreendedorismo juvenil, porque achamos que é uma boa ideia e a questão da juventude é uma questão transversal, encontramos a nível de diferentes serviços projectos que devem incentivar o empreendedorismo juvenil. Quando esses indivíduos dizem: «Nós tínhamos tudo para o desenvolvimento, tínhamos lançado um estaleiro para o desenvolvimento», que acções de formação foram feitas para permitir que houvesse a capacitação das pessoas, sobretudo a nível de pequenas e médias empresas, para poderem gerir convenientemente os créditos que seriam colocados à disposição deles?

Eu não vi nenhum fundo de fomento destinado a permitir que se criasse um banco de fomento. Nós temos bancos comerciais. Pronto apareceu um, enfim, eu não quero falar sobre as condições em que esse banco apareceu, mas nós não vimos nenhuma acção que criasse incubadoras para poder permitir aos jovens ter efectivamente um projecto com seguimento e com retorno, para permitir o efeito multiplicador. Nada disto!

Quando se precisa da juventude, serve-se dela, arranja-se dinheiro mobiliza-se para se poder utilizá-la, em vez de se investir correctamente na educação como a base do desenvolvimento da cidadania, para que as pessoas não escolham os responsáveis em função do dinheiro que recebem, porque tudo isso é para perpetuar a dominação. Educação não era preocupação. Desarticulou-se o Ministério, criou-se situações caóticas, porque a reforma das pessoas, quer na Saúde quer na Educação, deveria merecer da parte do governo uma melhor atenção. Um professor não se forma em dois dias. Portanto, se há professores que devem, por limite de idade, ir para a reforma, tinha-se que preparar a sucessão desses professores de forma a não criar um vazio.

A mesma coisa acontece relativamente aos nossos enfermeiros com experiência. Há sector hospitalar onde criou-se um vazio, mandou-se as pessoas para a rua sem criar condições para que houvesse uma sucessão, que houvesse outras pessoas preparadas para poder trabalhar.

Portanto, este é o quadro que nós encontramos, meus senhores, minhas senhoras, Srs. Deputados, todo o resto é demagogia pura e barata, todo o resto é «explicar para confundir».

Eu quero aqui, desta Tribuna, perante esta augusta Assembleia, renovar a nossa determinação em continuar a trabalhar seriamente para o bem-estar dessa população, para resolver os problemas de água, de energia, de saneamento. E nós começamos a eliminar essa pouca vergonha que era a água pluvial, esse chiqueiro em frente à padaria Miguel Bernardo. Nós é que criamos essa situação em 2 meses? Água por tudo quanto é canto, verde, tudo num estado lastimoso?

Nós estamos convictos de que poderemos e que temos obrigação de fazer o melhor para o bem-estar de todos nós e é com esse espírito que renovo a nossa total disponibilidade em trabalhar com Vossas Excelências, arduamente, para que nós possamos superar as dificuldades, reduzir efectivamente a pobreza.

Queremos convosco e com os são-tomenses fazer o necessário para que o nosso país seja colocado no patamar da modernidade.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, por esta longa e clara explicação. Estou convencido de que Vossa Excelência, na sua intervenção, fez alusão aos aspectos verificados ao longo desses 2 meses da sua governação, da herança do governo do Sr. Dr. Patrice Trovoada, daí que, de imediato, passaremos a ouvir os Srs. Deputados sobre as questões que julgam pertinentes colocar a Vossa Excelência e aos demais membros de sua equipa.

Quero recordar aos Srs. Deputados que programamos 5 horas de debate, esse tempo foi distribuído conforme anunciei anteriormente e tendo em conta que o Grupo Parlamentar do ADI está ausente, se tornar necessário, distribuiremos o tempo destinado ao ADI pelos grupos parlamentares presentes e pelo Governo.

Anuncio assim que o MLSTP/PSD tem 78 minutos, o PCD tem 33 e o MDFM/PL, 5 minutos.

Está aberta a inscrição, Sras. e Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados, qual é a leitura que devo fazer do silêncio? Será concertação ou ausência de questões?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caros Deputado.

Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria, em primeiro lugar, de felicitar o sentido patriótico, a coragem e a frontalidade que caracterizaram a sua intervenção aqui. Penso que todas as pessoas atentas aos problemas do País terão ouvido a sua exposição e, lamentavelmente, o XIV Governo Constitucional tinha todas as condições de estabilidade garantidas para governar plenamente.

Não me lembro de, na II República, ter havido um governo que tivesse tido 2 anos de período de graça. Disseram-nos que tínhamos que deixar o ADI governar e deixamos o ADI governar, durante 2 anos, sem fazer uma efectiva oposição ao ADI, mas afinal de contas o apelo que o governo do Sr. Patrice Trovoada estava a nos fazer era no sentido de ficarmos calados a ver a destruição do País, como ele começou por fazer. Nós teremos, certamente, consequências muito graves disso, foram aqui ditas coisas, Sr. Primeiro-Ministro, que porque nós estamos num Estado de direito democrático, temos instituições com responsabilidades e há coisas que foram ditas aqui que não podem ficar aqui, têm que ser levadas até as últimas consequências, sempre no respeito à Lei, no respeito à dignidade que o povo são-tomense merece e que nós todos merecemos.

Eu tenho muitas dificuldades em perceber como é que, no séc. XXI, um governo pode deixar o poder sem fazer a entrega dos dossiers, queima os arquivos. Essa passagem do XIV Governo Constitucional cheira o efeito da evasão bárbara dos sécs. XIII/XIV. Parece que houve uma evasão que destruiu tudo, até o património da humanidade. Não é possível! Isso tem que ter consequências! Repito, tem que ter consequências! Isso de atirar as coisas para o chão pode ser problema de falta de chá de berço, toleraremos, se calhar, mas temos que ter conteúdos para trabalhar. Como é que o XV Governo Constitucional pode dar respostas aos dossiers importantes do País quando não viu nada? Levaram consigo os dossiers. Esses indivíduos devem ser responsabilizados!

Os 192 000 euros para caricaturar alguém que fez muito mal a este País, como é que vão ficar? Acho que do erário público não deve sair mais nenhum tostão. São Tomé e Príncipe precisa de ser publicitado, há necessidade de se fazer uma campanha para vender a imagem do País, mas deve ser mesmo a imagem do País, não de uma pessoa. Não podemos tirar do erário público recurso para pagar um culto de personalidade de gente que não serve os interesses do País. Pelo menos, pelo exemplo que nos foi dado desse XIV Governo Constitucional, é um exemplo que nós devemos registar, mas para nunca mais o nosso solo pátrio conhecer este tipo de gente na governação.

Os 400 000 dólares de viagem, eu lembro-me que na discussão do Orçamento de 2011 dirigi-me ao ex-Ministro, Américo Ramos, para solicitar quanto é que custavam as viagens do Sr. Primeiro-Ministro, aliás, se o Estado iria assumir. O Sr. Primeiro-Ministro disse que sim. Depois de ter ouvido que não, acabou por dizer que sim. E os 400 000 dólares que foram gastos foram extraídos do erário público e foi aqui frisado pelo Sr. Primeiro-Ministro que eram utilizados aviões de empresas com as quais São Tomé e Príncipe tem negociações. Que promiscuidade! Se há mais um sintoma de corrupção, é isto. Há maior do que isto?

Acordo com o Kosovo. O Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros que se envolveram nisso devem ser responsabilizados.

Quando sentimos que a nossa democracia estava em causa, os Deputados fizeram o seu trabalho e eu estou à espera que as outras instituições façam o seu trabalho, o nosso Estado merece. Não se pode estar a aproveitar o nome do Estado para se enriquecer de forma ilícita.

Sobre os medicamentos, quer dizer, estamos a dever trezentos e tal mil euros, salvo o erro, pelo que ouvi do Sr. Primeiro-Ministro dizer, estamos a dever mais não sei quantos mil euros, saíram do erário público cerca de 20 biliões de dobras e nós continuamos a ver, durante a vigência do XIV Governo Constitucional, o hospital sem luvas e sem outras coisas. O dinheiro foi para onde?

Sr. Primeiro-Ministro estou plenamente de acordo consigo que é preciso ter uma atitude mais responsável em relação a isso, mas mais uma vez, em relação a isso, temos que saber para onde foram os 20 biliões de dobras. Temos que saber e se for necessário criaremos uma comissão de inquérito para isso e para muitas outras coisas. Da nossa parte, nós o faremos e esperamos que as outras partes assumam as responsabilidades que têm perante a Nação.

Não é admissível um país com tantos problemas que tem, tanta gente a viver na pobreza, que meia dúzia de indivíduos aproveite os recursos do Estado para estarem aqui a fazer coisas, a exibir riqueza exterior e a noite estar a espalhar panfletos!

Sr. Primeiro-Ministro, este debate de hoje é o início, provavelmente, de muitos outros debates que vamos ter aqui na Assembleia Nacional. Peço solenemente aos Srs. Ministros que se preparem para aquilo que não é da vossa responsabilidade para se sacudirem, porque nós da nossa parte assumimos as nossas responsabilidades, e eu não sossegarei se não houver da parte de toda a gente que tem que assumir as

suas responsabilidades expedientes necessários e indispensáveis para esclarecer muitas coisas que foram ditas aqui.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Membros do XV Governo Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar Sua Excelência o Primeiro-Ministro pela coragem que teve em prestar esclarecimentos aqui a esta Assembleia e também ao povo são-tomense e, no quadro de esclarecimentos, há uma questão que me preocupa muito, que tem que ser também esclarecida, porque depois as pessoas que forjaram vão usá-las para fazer campanha e se reverterá negativamente contra os partidos da oposição. Tem a ver com a questão dos trabalhadores licenciados. Houve uma falsa declaração do representante do Sindicato dos Trabalhadores, Sr. Aurélio Silva, que disse publicamente, nas antenas da comunicação social, que já havia dinheiro no orçamento de 2013, que o anterior governo havia apresentado. Nós que somos Deputados, que tivemos contacto com esse orçamento e mesmo o Governo que acabou de ser empossado, sabemos que isso não é verdade, não havia lá nenhuma verba destinada a pagar os trabalhadores licenciados. No meu entender, é um acto de campanha do anterior governo com o objectivo de criar aquilo que se chama de caos no seio dos trabalhadores licenciados e contou com a ajuda de quem não devia. A verba não estava orçamentada e o representante dos trabalhadores licenciados não devia ter dito que estava. Porque se isso não for explicado, como eu inicialmente havia dito, se essas mentiras não forem tornadas públicas, com certeza os trabalhadores licenciados irão revoltar-se contra o MLSTP/PSD, o PDC e o MDFM/PL. Por isso, é necessário que o Governo clarifique esta situação.

Também vou pedir ao Governo para clarificar a situação do crédito juvenil. Fui ultrapassado por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, mas ainda fica alguma coisa, porque houve uma cidadã que, na televisão, disse: «Fomos acompanhar o Ministro e ele disse que estamos a procurar dinheiro para beber cachambamba». Bom, podemos não ligar isso, a senhora até nem disse que Ministro era, mas essa imagem e a voz dessa senhora, poderão ser usados para fazer o tempo de antena. Por isso, tem que ser explicado.

Eu particularmente não acredito que um Ministro teria tamanha irresponsabilidade, mas se o fez é grave e se não terá que chamar as pessoas à responsabilidade.

Não sei como é que este Governo vai lidar com esse problema dos trabalhadores licenciados, também não quero aqui dar opiniões em relação a essa questão, mas tenho a consciência de que esta situação é muito complicada, porque se não fosse os outros que por cá passaram já o teriam resolvido, mas uma coisa é certa, este Governo tem que estar preparado, porque mais cedo ou mais tarde vai ser confrontado com este problema e eu gostaria que nessa altura o Governo desse melhor tratamento a isso, e com verdade, porque tem estado a faltar alguma verdade no seio desse processo.

Eu pessoalmente quero fazer aqui um apelo aos políticos são-tomenses em nome dos trabalhadores licenciados, porque eles mereciam um pouco mais de respeito. Acho que não estão a ser respeitados. São pessoas que contribuíram com o seu trabalho para ajudar São Tomé e Príncipe e muitos deles hoje têm problemas de saúde por causa de determinados serviços que fizeram e, por isso, quero pedir, não só a este Governo nem a esta Assembleia, mas a todos os políticos são-tomenses, de uma forma geral, que respeitem os trabalhadores licenciados. Porque é que eu digo isso? Porque nós assistimos claramente que nas vésperas das campanhas todos os candidatos e todos os partidos políticos que querem ganhar as eleições usam logo os trabalhadores licenciados.

Chamam João ou Pedro e dizem: «Vai dizer aos trabalhadores licenciados que se o meu partido ganhar eu pagarei os licenciados», mas a verdade é que as pessoas ficam no poder, como aconteceu com o último governo, que ficou dois anos e meio no poder e só quando estava à beira de ir para o olho da rua é que anunciou falsamente que iria pagar os trabalhadores licenciados. Ora, isso não pode continuar e sobretudo há uma coisa mais grave, há muita gente a se fazer à custa dos trabalhadores licenciados. Todos os dias mandam os trabalhadores licenciados pagarem 20, 30, 50 000 dobras para fazer isto e aquilo e são milhões e milhões que esses coitados estão a desembolsar sem solução alguma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, eu já não vou felicitá-lo, porque já há felicitação demais e na nossa língua costuma-se dizer: «a ká cadá zequentchi passá ê ká bilá manclútu».

Sr. Primeiro-Ministro, eu sinceramente estava à espera de tudo isso que o senhor hoje nos esclareceu há muito tempo, mas como é mesmo homem de Estado, estava a preparar-se, esperando o próprio dia para vir aqui. Toda gente espantou-se quando o senhor falou, mas quem não ficou espantado é o Sr. Deputado Pires Neto, porque conheci o peixe e esse peixe é *cole mpiam bá lábu*, que é muito perigoso. Portanto, não me admirei, porque eu já conhecia.

Só posso dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que o senhor tem que continuar e autorizar-nos, porque vamos chamar os Ministros, um por um, e cada um virá dizer-nos o que se passa no seu ministério. E isso não vai ficar por aqui. Eu quero dar continuidade a isso que disse o Sr. Deputado que me antecedeu, a coisa tem que ir até a última consequência, porque outrora, não sei se os senhores ainda se lembram, se qualquer pessoa criticava o primeiro-ministro, logo o Sr. ex-Procurador da República, que estava encapuçado com o Partido ADI, defendia e fazia um julgamento antecipado, dizendo que essa informação devia merecer 3, 4 meses de cadeia ou 5, 7 anos, sei lá. Portanto, esqueceu-se que o seu chefe estava aí atrás a fazer muita coisa. Assim, não vamos parar por aí.

Sr. Primeiro-Ministro, nós o convidamos porque já conhecíamos quem era o senhor, para assegurar esse Governo e ajudar-nos a conduzir o barco. Chamamos atenção ao senhor para não ser o que se diz em São Tomé: «*men nganhá pachença, punda men ganhá pachensa sóku ká kublí óvo pódle ni cama*». Não! O senhor não pode ser isso, porque está no Governo e temos pouco tempo. Vamos fazer tudo aquilo que é necessário fazer. Não esconder coisas ao João, nem ao Pedro, nem António e nem ao Francisco.

Ainda ontem ouvi o Secretário-geral do ADI, Levy Nazaré, chamar o Sr. Primeiro-Ministro qualquer coisa que não é muito correcto e toda gente ouviu. Admiro como é que o senhor ainda está com elementos desse senhor ao seu lado a trabalhar. Nós em São Tomé e Príncipe não temos camaleão, só ouvimos falar. O que temos aqui, meus senhores, são sapos, que nós lá em cima chamamos anquêlê, e osga que chamamos *óndlega*. Estes é que são bichos que ficam num estado em qualquer lado e depois de tantos dias mudam de cor. Mas camaleão, nós não conhecemos aqui. Alguns directores que estavam em lugares de responsabilidade, assim que o governo caiu, mudaram de imediato. São camaleões. Levam recados para partido A, partido B, porque pertencem um partido e fazem isso para não saírem. Meus senhores, se não reconhecem o Governo, até hoje os Srs. Ministros não podem ter pessoas que não reconhecem o Governo a trabalharem nos sectores. Isto tem que ser claro e temos que assumir!

Estes senhores são perigosos. Saíram e agora querem visitar o Comércio, onde está o arroz, e o Hospital Ayres de Menezes. Recebemos uma carta criminosa, pedindo um encontro que tem como objectivo «enterrar» sobre o funcionamento dos referidos sectores. Quer dizer que os homens estavam a olhar para «enterrar». E não sei se era para «enterrar» a língua portuguesa, «enterrar» os funcionários do Comércio ou se era para «enterrar» o GGA.

Risos Gerais.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — É muito perigoso! E foi assinado por alguém do Grupo Parlamentar do ADI, o Sr. Idalécio Quaresma.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — *Para enterrar!*

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Para enterrar. Quer dizer, nós estamos vivos e os homens iam enterrar-nos. Está cá e não estou a falar nada errado. Está aí no documento. Ele não sabe o quis dizer e só o que escreveu é que eu quero dizer. Escreve que ia nos enterrar, mas estamos vivos, não estamos mortos. Vai-se enterrar uma pessoa viva? Isto é elemento de um partido e chefe de um grupo parlamentar? Está cá e não estou a mentir. Se quiserem fazer fotocópias para espalhar para toda gente, está cá.

Portanto, esses homens são perigosos, porque querem enterrar pessoas vivas. Não há hipóteses.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão vou agora falar para o Sr. Ministro da Defesa. Eu ainda me lembro uma vez que estava a ouvir o noticiário e um angolano disse isso e ouvir dizer não é ter a certeza, mas estou a dizer-lhe agora uma coisa que é muito perigosa se isto está a acontecer, armas do Estado não são armas individuais. Ouvi que todos os membros do governo anterior têm uma arma do Estado.

Armas do Estado não são individuais! Se na realidade esses senhores tinham direito a uma arma, é normal, mas assim que cessaram a função as armas tinham que ser recolhidas. E são armas muito mais perigosas, porque são da Presidência. Essas armas estão com os senhores ex-ministros. Estou a dizer isso publicamente, porque tem-se que recolher essas armas. Essas armas não podem estar em casa de cada um e é por isso que cada um está a dizer que não tem medo de João e de fulano. Porque se for a soco, a gente tem que ter medo de alguma pessoa.

Sr. Primeiro-Ministro, sou daquelas pessoas que defendem que tudo que é bom tem-se que continuar. Por favor, sei que no País temos essa coisa de neto dona, neto dono, primos, mas temos que acabar com o problema de carros do Estado. Sr. Primeiro-Ministro, sei que vai doer em muita gente, porque somos da família, mas no sábado ou no domingo, quando os Srs. Ministros quiserem passear guardem os carros do Estado, pegam nos seus carros individuais e podem andar até de calções que fica muito bem, mas não posso concordar com carros do Estado nos lotes, carregando cargas.

Não posso ver carros do estado no domingo, na praia, ou fora da hora normal de trabalho, à noite nas festas e em todos lados. Vi outro até já com filhos e isto não pode ser. Carros do Estado são do Estado, para servir o Estado. Portanto, no momento que não estão a trabalhar, sei que é uma medida que não agrada, mas se quisermos uma boa governação, mostremos que somos seguros para fazer uma boa governação. É o apelo que faço.

Sr. Primeiro-Ministro, falo disto porque não conheço dinheiro, mas falar de 20 biliões, 192 000 euros, eu sinto-me mal. Se foi desviado para a algibeira de alguém, por favor, temos que tomar medidas. O Ministério Público tem que ir até a última consequência. E se for para pôr a pessoa na prisão, que ponha e se não, paciência, a pessoa sai livre, mas esta medida tem que ser tomada.

Vou ficar por aqui, tentando buscar tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Tal como dizia o outro, não se pode por várias vezes felicitar o Governo, e aliás o Governo está aqui no exercício das suas funções, cumprindo o dever que jurou à Nação.

Lamento sinceramente a ausência de Deputados do ADI nesta sessão em especial e espero que não façam confusão que estamos a forçar o regresso dos Deputados, não é nada disso, mas acho que numa sessão desta para a qual os Deputados do ADI foram convidados, receberam a convocatória e sabiam de que assunto se tratava, era importante que estivessem aqui, para haver o contraditório. No entanto, optaram por outros métodos, métodos de política de cadeira vazia, mergulhando-se no sistema de panfletos, mas alguns desses panfletos, Sr. Primeiro-Ministro, pela época em que foram publicados e distribuídos nas ruas, não se deve dar muita importância.

Estávamos na época carnavalesca e estava muita gente mascarada e, portanto, não podemos dar importância ou crédito a esse tipo de atitudes. A partir de ontem, vamos responder a letra algumas questões até porque, como é sabido, ainda que o PCD esteja numa situação de observação e ainda que os seus dirigentes fiquem na observação, não conseguem fazer nada sem introduzir figuras e dirigentes do PCD. Mas num momento vindo iremos responder a letra.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos um tanto ou quanto preocupados não apenas com aquilo que aconteceu cá, que podemos controlar facilmente, mas com o que tem estado a acontecer lá fora, quando um cidadão que diz ser efectivamente amigo do povo e do povo pequeno, repetidas vezes dizia isso, está a movimentar-se numa perspectiva de descredibilizar o Estado são-tomense, dificultando o Governo na busca de soluções para resolver o problema do País. Este cidadão deve ser responsabilizado. Se o Governo tem conhecimento e provas dessas movimentações, ele deve ser responsabilizado.

Não vou dizer mais aquilo que foi dito aqui sobre os gastos na compra de medicamentos, estamos a falar num valor aproximado de 30 biliões de dobras e, portanto, 20 biliões já gastos e mais cerca de 10 biliões em dívidas e no entanto não há medicamentos no hospital. Naturalmente que o Governo não irá cruzar os braços, irá à procura desses medicamentos ou à procura desses fundos e comprar outros medicamentos para atender os pacientes, mas simultaneamente fará uma sindicância para saber para onde foram esses fundos.

Acho que se deve responsabilizar aqueles que assumem cargos importantes do Estado e fazem gastos do erário público para determinadas viagens com uma missão específica, chegam ao meio do caminho, regressam e não cumprem a missão. Têm que devolver o dinheiro ao Estado. O ex-ministro Américo Ramos tem que devolver dinheiro ao Estado, porque ele viajou com subsídios e teve um bilhete de passagem para um determinado destino e uma determinada missão. Chegando ao meio do caminho, segundo as suas palavras, Sr. Primeiro-Ministro, foi orientado a regressar, não cumprindo a missão. Se não há um motivo justificativo, ele deve devolver o fundo ao Estado. A missão deste Governo é fazer com que ele devolva o dinheiro ao Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos preocupados com a questão do porto de águas profundas. Um projecto que criou muita esperança no seio da população, sobretudo os mais jovens, no âmbito da criação de emprego. Em meados de Julho, aquando da introdução duma primeira moção de censura, o Sr. Patrice Trovada, enquanto Primeiro-Ministro, ignorou a moção de censura e viajou dizendo que tinha que viajar para ir assinar um acordo relativamente à construção do porto de águas profundas e que as obras iriam iniciar em Novembro do ano 2012.

Se um responsável viajou em Julho para assinar um acordo para que as obras arrancassem em Novembro, como é que em Janeiro se recebe uma carta do operador dizendo que vai suspender as obras? Alguém está a enganar São Tomé e Príncipe. Se for o ex-primeiro ministro Patrice Trovada, deve ser responsabilizado, e não só por isso. Mesmo por uma questão de prudência, se ele recebeu uma carta qualquer do operador a pedir a prorrogação dos prazos, certamente para o início das obras, porque ele foi assinar o acordo para o início das obras, se as obras não arrancaram em Novembro, suponho que a prorrogação é para o arranque das obras e se ele não o fez em tempo oportuno e nem sequer comunicou o Estado desta possibilidade, deve ser responsabilizado.

Daí que eu acho que há alguma razão para alguns dirigentes do ADI temerem pela nomeação da nova Procuradora-geral da República. Acho que alguns panfletos que vi antecipando algumas questões, é porque sabiam o que vem aí, mas isso não pode ser motivo de recuo. Tudo que foi mal gerido e que for algo que indicia algum crime ou que precisa de ser esclarecido é enviar ao sector adequado, o Ministério Público.

O Sr. Primeiro-Ministro falou da questão do empreendedorismo juvenil, mas gostaríamos de obter mais detalhes e não sei se é através de si ou do seu Ministro. O empreendedorismo juvenil e o desporto, porque

estava previsto um grande evento em 2014, em São Tomé e o anterior Secretário de Estado, o Sr. Abnildo de Oliveira, teria dito que estava tudo preparado e que havia muitas obras já feitas ou em curso.

Ouvi uma entrevista show do actual Ministro, dizendo que encontrou uma dívida de cerca de 30 000 milhões de dobras. De que obras? Onde é que essas obras estão a ser feitas? Porque é que está a dever? Porque não vejo cá nada e não vi nenhuma infra-estrutura desportiva a ser construída. E tinha a ver também com uma questão que tem que ser esclarecida. Tem a ver com o campo do Futebol Clube da Trindade. Tem que ser esclarecido.

Ninguém ainda foi capaz de dizer exactamente o que é que está a acontecer. A verdade que esse clube tinha um campo seu e o Estado, por direito, expropriou ou negociou para construção de uma escola e o Clube cedeu, mas em contrapartida o Estado tinha que conceder outro espaço para construção do campo. Há hoje uma situação que ninguém consegue explicar exactamente o que é que se passa, mas a verdade que também se diz de passagem que o Estado concedeu o terreno e gastou mais de 500 milhões de dobras para o serviço de terraplanagem, mas o próprio Clube que tem o direito não está a usufruir desse campo.

Então, quem está a beneficiar desse valor? O Estado pagou para arranjar o terreno para um privado ou para o Futebol Clube da Trindade? É uma pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Primeiro-Ministro para esclarecer, por favor.

Também nós gostaríamos de saber, ainda neste âmbito de crédito ao sector privado, em que se falava de empreendedorismo juvenil e também de apoio ao sector privado, portanto, que uma parte ficaria no Ministério do Plano e outra parte na Secretaria de Estado e da Juventude, que nós aqui debatemos tanto para que esses fundos fossem todos encaminhados ao Ministério das Finanças, para junto a um banco conceder créditos.

A verdade é que diziam que o dinheiro estava num banco comercial já disponível para conceder créditos e por isso é que houve uma movimentação dos jovens, porque lhes foi garantido que o dinheiro estava no banco, mas ouvi o Sr. Primeiro-Ministro aqui dizer que esse dinheiro foi desviado para outros fins e não sabemos se ainda existe parte do mesmo ou se foi todo. O que é que existe? O que dizer aos jovens e à Nação sobre o fundo que tinha sido disponibilizado para eles?

Gostaria também de saber se, em termos de gestão financeira, se pode desviar a rubrica que está destinada para um determinado fim para outros fins, sem autorização da Assembleia Nacional que aprovou.

Sr. Primeiro-Ministro, nós tínhamos cá um projecto chamado «Onda da Vitória», que foi muito publicitado e que muita gente contribuiu. Eu gostaria de saber qual é o fundo que ainda existe, o que é que se arrecadou, o que é que se gastou e o que existe relativamente a essa questão.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP): — *Está no céu!*

Risos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Claro. Obrigado pela ajuda.

Em quê se gastou? Nós tínhamos também que saber aqui uma questão que não foi muito bem explicada. Tem a ver com o petróleo. O anterior governo fez uma adjudicação directa a uma determinada empresa e hoje ficamos a saber que é essa mesma empresa é que facilitava a aeronave para o anterior Primeiro-Ministro viajar. Gostaria de saber o que é que ficou. O que é que o Estado são-tomense ganhou com essa adjudicação directa?

E depois disso, quais são os próximos passos para que São Tomé e Príncipe, de uma vez por todas, explique à Nação se temos ou não temos petróleo? É possível começar a exploração? Têm que dar um sinal. Nós estamos sempre a adiar, adiar e ninguém diz nada do petróleo. Estamos numa situação de impasse, digamos assim, sobre esse projecto petróleo. É necessário efectivamente explicar à Nação o que é que existe de concreto.

Finalmente, os acordos e despachos que foram assinados pelo anterior governo depois da sua queda, o que fazer?

Temos que saber do Governo quais são as medidas que já foram tomadas sobre estes aspectos: casas que foram compradas sem concurso público, terrenos que foram concedidos a grupo de amigos.

Para terminar, aquilo que dizia o Sr. António Barros, acho que de uma vez por todas temos que negociar com a entidade credível que representa os licenciados e chegar a um acordo. Nenhum país e nenhum governo pode suportar esse tipo de coisa. Todos os anos licenciados, licenciados. Não acaba? Isso não pode. Se é que se está a dever algum dinheiro, é bom negociar...

Vozes: — Cauique.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Cauique não representa os trabalhadores licenciados. Cauique é um esquema que foi montado para facilitar o governo anterior, numa perspectiva de travar a movimentação dos licenciados. Cauique é Secretário-geral do Sindicato da Função Pública, portanto, Sindicato daqueles que trabalham e têm patrões. Não pode haver um sindicato a representar os licenciados. Os licenciados não têm patrões, como é que eles podem ter um sindicato?

Daí que o meu apelo é para que o Governo se encontre com a Associação dos Licenciados e negocie um teto. Não é um teto para ficar a dever mais. Ainda que seja pouco, mas de uma só vez. «Não temos 500», se for o caso, «mas temos 50» e entregam esse 50 com um acordo, fechou e acabou, para não haver esse tipo de aproveitamento que o Sr. Deputado António Barros acabou de dizer aqui. Do jeito que se diz, todos os candidatos às presidenciais, todos os partidos e mesmo aqueles que não pediram têm que entrar no mesmo saco. Temos que acabar com isso de uma vez por todas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscritos, daí que passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para fazer o uso da palavra ou indigitar algum membro do seu Governo para alguns esclarecimentos adicionais.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. ilustres Deputados, os oradores que fizeram uso da palavra abordaram várias questões que eu tenho o ensejo de clarificar e posteriormente passar a palavra a alguns dos Srs. Ministros, para aprofundamento, mas antes de mais gostaria de dizer aos Srs. Deputados em guisa do complemento da informação sobre o estado da Nação que há uma situação gritante relativamente a bolsas do Estado são-tomense no exterior. Eu considero que embora o País tenha dificuldades financeiras acrescidas, não nos assiste o direito de enviar filhos de cidadãos para exterior, para países como Cuba, Brasil, Portugal, Cabo Verde e Marrocos, e não lhes dar bolsas durante um ano. Francamente é uma questão muito preocupante e isso não se faz. A responsabilidade é do anterior governo do Dr. Patrice Trovoada e eles têm que assumir. Eles é que enviaram estudantes e que assumiram o compromisso de dar bolsas a pessoas e não deram. Temos uma situação periclitante a nível das nossas embaixadas. Quando o Sr. Ministro das Finanças vier cá, ele vai dizer a esta augusta Assembleia qual é o montante da nossa dívida e o País vem-se endividando de uma forma assustadora e daí que o Governo tem insistido sobre a questão do endividamento prudente do País. As embaixadas e sobretudo a de Portugal, onde temos doentes, afixaram um papel a dizer que a partir de 2 ou 3 semanas sensivelmente não davam mais apoios aos doentes que lá estavam, porque não se tinham transferido dinheiro. Agora, os senhores já viram as pessoas no estado de doença sem qualquer apoio, sobretudo conhecendo a situação económica e financeira de Portugal e aqueles apoios que algumas instituições caritativas davam e que deixaram de fazer? Como é que se pode, perante uma situação desta, dizer que se fez uma gestão extraordinária, fazendo esses desmames todos, digamos, essa ostentação exterior de riqueza numa situação dessa? É por isso que dizemos que a situação é deveras complicada e devemos assumir as coisas com alguma responsabilidade.

Sobre a questão dos trabalhadores licenciados levantada pelo Sr. Deputado António Barros, nós agradecemos a franqueza com que colocou essa questão. Essa questão é uma arma de arremesso, porque não há moral neste país. O crime compensa e se não convivêssemos com situações anómalas, há pessoas que estão permanentemente na impunidade a fazer o trabalho de sapa que, em condições normais, estariam por detrás das grades. Repito, fazem trabalho de sapa, ganham dinheiro fazendo mofa da fragilidade do nosso sistema político, do nosso tecido político que permite impunidade e convivência com situações promíscuas, quando em condições normais isto não aconteceria. Mas são velhas caricatas, quer dizer, um país que tem internamente licenciados. Não houve da parte do governo de Dr. Patrice Trovoada nenhuma verba. Como disse e bem o Sr. Deputado, conhece o orçamento que foi chamado de orçamento do cidadão. Não houve nenhuma verba destinado ao pagamento dos licenciados. Isto é uma torpeza, é uma falsa questão, destinada apenas a criar confusão, a dificultar e para confundir, mas este Governo, no quadro do relacionamento estreito com os partidos que o sustentam, apercebeu-se dessa armadilha. Graças à intervenção de alguns dos seus responsáveis, inscrevemos uma verba...

Aplausos gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...para pagar os licenciados, mas não para que caia nas mãos daqueles que se habituaram a viver à custa do erário público, sem trabalhar.

Vozes: — *É o Sr. Cuique.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E os senhores ouviram a forma como o vezeiro dessa prática veio dizer que pediu um encontro com o Primeiro-Ministro e que ele, arrogantemente, não respondeu. Eu nunca tive uma carta desse indivíduo. É um homem de mão que a gente sabe quem é. Eu respeito o Sindicato, porque durante o momento do orçamento tivemos encontros com os parceiros sociais. Assumimos compromissos que o anterior governo tinha subscrito, relativamente as carreiras profissionais ao nível da Saúde e da Educação. Inscrevemos verbas para poder pagar e ter em conta esse compromisso que não fomos nós que assumimos, mas porque o Estado continua e é essa a nossa noção de Estado. Esses indivíduos falam à toa, discursam à toa, mas discorrem pouco. Infelizmente discorrem pouco, porque são covardes.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — *É verdade.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque digo que eu teria muito gosto que alguém me dissesse aqui nesta Tribuna, num debate franco e aberto, qual é a Constituição que permite a qualquer cidadão... toda gente deve respeitar as decisões soberanas tomadas pelos Tribunais. Onde é que um indivíduo, porque é líder de um partido ou que empregado de um líder de um partido, pode continuar a vilipendiar as pessoas, a insultar impunemente, porque ele está acima da Constituição? A Constituição é clara. A Constituição diz que toda a decisão tomada pelos Tribunais impõe-se a toda gente, a todos os órgãos. E houve uma decisão tomada pelo Tribunal Constitucional, relativamente à questão que o Partido ADI submeteu à douta apreciação do Tribunal. Mas que juristas são estes indivíduos? Como não têm argumentos, refugiam-se num comportamento marginal inusitado em democracia.

Estão a testar o Governo, estão a abusar da nossa tolerância, para justificar aquilo que querem, a ditadura em São Tomé e Príncipe, o monolitismo político em São Tomé e Príncipe, para que o príncipe herdeiro de São Tomé e Príncipe possa regressar. Parece como um príncipe herdeiro e isto até parece que é uma monarquia. Eu não sabia que havia uma pré-destinação. E é o que faz a minha determinação. Não há! Isso não é uma monarquia. Isto é uma República e não é uma república de bananas. Querem transformar isso numa república de bananas. Isto é um insulto! Portanto, nós continuaremos serenos, mas há coisas que não vamos permitir. Continuaremos serenos e a autoridade de Estado afirmar-se-á.

Quero apenas dizer que estamos cientes que estamos numa democracia, não há alternância de poder naturalmente. Esses indivíduos ofuscados pela vontade de regressar e que desrespeitam de uma forma inusitada as instituições, que insultam o chefe de Estado todos os dias, que insultam o Governo, que insultam as instituições da República, se amanhã forem responsáveis do Estado quererão ser respeitados? Eles estarão a contribuir civicamente para que o povo possa ter uma atitude cívica em relação às instituições do estado? Portanto, é manipulação.

Nós inscrevemos a verba para pagar os licenciados e criámos uma comissão para lidar com a questão, porque não vamos fazer com que o dinheiro público, o erário público, caia em mãos a toas.

Aplausos gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre as viaturas do Estado nós partilhamos essa ideia. Ora, foi uma das boas coisas que inicialmente o XIV de Dr. Patrice Trovoada tomou e com a qual nós estamos totalmente de acordo. O que não estamos de acordo é que quando em período eleitoral eles afrouxaram completamente. Eu fui tirar um carro na oficina guardado por um dos elementos do *entourage* de Patrice Trovoada. Estava escondido uma viatura com duas chapas matrícula.

Tinha dum lado a matrícula de Unidade de Defesa da Protecção dos Dirigentes (UPDE) e de outro lado tinha uma matrícula privada e que carregava areia e tudo isso. Há muitas viaturas do Estado perdidas no mato. Sobre o vosso controlo, vamos recolhe-las. Estamos aqui para fazer aquilo que os titulares disserem que devemos fazer.

Sobre as armas é verdade o que disse aqui o Sr. Deputado Pires Neto. E eu já tinha tomado algumas medidas falando com o Sr. Ministro da Defesa e já encetei contactos no sentido de podermos ter uma assistência muito maior na recolha das armas de guerra que estão nas mãos dos cidadãos e é uma questão que vamos fazer. Srs. Deputados, sobre o direito a uso e porte de armas, afinemos os calibres e recolhamos todas as armas de grandes calibres e mesmo outras armas.

Vamos ver exactamente qual é a modalidade que vamos proceder para a recolha dessas armas. Agiremos pedagogicamente e depois adoptaremos medidas coercivas.

Srs. Deputados, quando vejo um panfleto dizer que o Governo vai pôr droga em casa do Sr. Patrice Trovoada, não sei porquê.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — *Ele já tem lá.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Que vamos pôr armas para poder incriminá-lo, quer dizer, isso é uma coisa que só passa na cabeça desses indivíduos, e é crime! Eles subscrevem esse jornal *on line* que tem feito esses disparates todos. Nós temos que encontrar uma forma de pôr cobro a essa situação. Isto não vai continuar. Eu não estou a ameaçar ninguém, porque isto não é meu estilo, mas vamos agir porque não pode ser. Portanto, eu fui primeiro-ministro e nunca pedi nenhum elemento da segurança para me acompanhar, mas está na lei, e nem levei as armas do Estado para casa e sempre que quisesse viajar, no uso das prerrogativas que a lei me conferia, pedia o senhor ministro dos negócios estrangeiros o passaporte que a lei me confere. E esses senhores, porque não reconhecem as autoridades, ficam no dilema. Se o próprio chefe deles falou comigo e eu disse-lhe para escrever uma carta como eu escrevia ao Sr. Ministro de Negócios Estrangeiro. Se quisesse beneficiar de um elemento da guarda para a sua protecção, nada lhe seria negado. E ele fez essa carta.

Risos gerais.

Vozes do PCD: — Ele fez a carta a este Governo?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sim. Ele fez esta carta. É a contradição que esses indivíduos têm. Senão ele arranjava seu passaporte e viajava. Ele queria levar um elemento da segurança. E depois mentiram. E se eu digo isso até parece uma coisa completamente banal, mas é para os senhores verem o espírito que preside isto tudo e a intoxicação que se lança para se dizer que as pessoas estão a ser perseguidas, etc., etc. Nós não perseguimos ninguém.

Temos o dever de garantir a segurança do Estado, a integridade do Território e tomamos as medidas que entendemos convenientes no marco da lei, para fazer com que os cidadãos possam dormir um sono tranquilo. E disto ninguém tenha dúvida. Agora, convencer instituições internacionais, convencer este ou aquele parceiro de que há uma situação difícil para que eles venham inspeccionar, criar dificuldades de toda ordem, o que eu considero realmente sentir são-tomense.

Dizia eu, Srs. Deputados, é agir como quem não fosse daqui. Quer dizer, é uma coisa extremamente grave e que não se pode aceitar. Nós vamos enviar cartas aos senhores a quem se distribuíram pistolas e faltam muitas delas na arrecadação das Forças, nós temos o registo e vamos fazer com que elas sejam entregues às autoridades competentes.

Falamos da questão de *Terminal Link*. É verdade. Queremos dizer aos Srs. Deputados que vamos chamar Terminal Link para São Tomé para discutirmos com eles e eu concordo com o Sr. Deputado Delfim Neves, porque eu também ouvi que a razão da não presença do meu predecessor na Assembleia, porque tinha necessariamente que viajar para Paris para se encontrar com os indivíduos da Terminal Link, em que tinha que assinar um acordo que era inadiável, porque no mês de Novembro as obras iriam começar. Esta é uma fraude.

Eu não invento nada. Tenho a carta e isto é uma fraude. Não houve acordo nenhum e eles enviaram uma carta a dizer que não tendo sido prorrogado o prazo para que eles encontrassem financiamentos, eles suspendem a participação e continuam a manifestar o interesse por este projecto em São Tomé e Príncipe. E nós sabemos que 49% da Terminal Link foram adquiridos por uma empresa chinesa. Vamos agir no interesse do Estado são-tomense e vamos ver se a responsabilidade será assacada.

Sobre o empreendedorismo jovem, deixarei isso para o Sr. Ministro das Finanças explicar, porque eles disseram que havia dinheiro, mas devo dizer aos Srs. Deputados que, no respeito pelos cidadãos, eu vi a lista, foi-me mostrada pelo Sr. Ministro da Juventude e Desporto. E essa lista foi feita com nomes de primos, amigos, amigos do partido, etc. Não é nada mentira. Tenho aqui a lista, nós fizemos uma verificação e dissemos que esse dinheiro é público, um crédito que se deve dar às pessoas na base de critérios objectivos e, aliás quando isso foi concebido havia critérios de selecção e formação para que as pessoas preenchessem os requisitos de legibilidade, para que pudessem ter acesso ao crédito. Eu recebi uma comissão que espontaneamente foi-se aglomerar em frente a Jasmim num sábado em que estive a trabalhar e vi cerca de duas dúzias de pessoas.

Os seguranças inquietaram-se, mas eu lhes disse para deixarem os cidadãos e não houve nenhum aparato nem nada. «Digam às pessoas que formem uma comissão de cinco pessoas e falo com elas civilizadamente, no respeito pelas pessoas». Era no período pré-natal, disse às pessoas que no momento nos era difícil dizer alguma coisa, mas que não tínhamos interesse nenhum em impedir que tivessem o seu crédito para empreenderem. Nós queremos que a pessoas trabalhem. Queremos tirar as pessoas da rua. Queremos que haja alternativas para os jovens, porque senão era o nosso suicídio. Se nós não arranjarmos condições para que as pessoas possam ganhar dinheiro, para que possam participar na economia do País, o que é estaremos a fazer?

Não há interesse nenhum em criar dificuldades. Agora, participar em acções de ir buscar dinheiro e entregar às pessoas para depois não termos a capacidade de regenerar o dinheiro para os outros é que seria uma má política. Nós não podemos dar dinheiro para habituar as pessoas a estimular o consumo, porque um dos aspectos da dificuldade da nossa economia é que nós dependemos fortemente do exterior, estimulamos o consumo e exportamos muito pouco. Se estivermos atentos ao volume de exportação, quer dizer, a rácio exportação/importação, é qualquer coisa completamente desequilibrada. Nós exportamos cerca de 2000 toneladas de cacau e mais alguns produtos. Nós temos uma economia completamente dependente do exterior.

Portanto, não podemos estar a ter acções para estimular o consumo, aumentar a importação, quando não temos capacidade suficientemente de criar a riqueza aqui a nível interno. Temos que inverter um pouco essa situação, porque temos que ter algum cuidado com os créditos que recebemos, para que esse crédito não seja para comprar geleira e fogão, porque as pessoas precisam, nós sabemos e compreendemos, mas sobretudo esse crédito é destinado a gerar dinheiro para se dar outras pessoas. É por isso que dissemos que íamos fazer um estudo, olhar com olhos de ver esse crédito, para que não fosse crédito mal parado. E um dos aspectos importantes disso era colocá-lo num banco, para que fizesse a gestão de uma forma transparente na base dos critérios devidamente definidos e o dinheiro que eventualmente existisse era a garantia para o pagamento do crédito.

Foi o que dissemos e isso leva algum tempo. Não recusamos falar, não recusamos trabalhar no sentido de poder levar a cabo essa questão e tanto mais que no Orçamento de 2013 nós metemos verba para o

empreendedorismo, dentro das possibilidades de cabimentação da disponibilidade que nós encontramos ao nível desse Orçamento. A nível do desporto, há dívidas e o Sr. Ministro de Desporto vai dizer os Srs. Deputados que dívidas ele encontrou.

É verdade que a questão da «Onda da Vitória» levanta ondas, mas, como nós dissemos, falar é fácil. As pessoas andaram a injuriar e insultar, mas nós não somos movidos por nenhum desígnio persecutório. Vamos esclarecer as coisas sem complicar.

Quanto ao campo de futebol da Trindade, nós vimos traços do dinheiro que serviu para pagar a terraplanagem na ordem de 500 milhões de dobras e é nesse terreno terraplanado com o erário público que o Sr. Secretário de Estado fez a sua casa.

Vozes: — Oh!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Esta é uma verdade crua e nua.

Sobre a questão petrolífera, Srs. Deputados, o Governo prometeu que levantaria todo o véu que pudesse existir relativamente à questão do petróleo e foi nessa base que uma das acções que tivemos foi ter uma reunião com todos os directores que operam, quer em Abuja quer na Agência, quer em *oficie lesion* aqui em São Tomé e Príncipe, porque dissemos que tínhamos necessidade de saber o que é que se faz na Zona de Desenvolvimento Conjunto, que empresas é que operam que blocos é que foram adjudicados, que empresas é que saíram e o que é que São Tomé e Príncipe tem; o que é que foi adjudicado na nossa Zona Económica Exclusiva, o que é que está a fazer, qual é o trabalho da própria Agência, para termos uma noção exacta desses dossiers que eu devo dizer-vos, em abono da verdade, que os instrumentos que permitem gerir com transparência esses dossiers, existem, mas existe o problema de aplicação e a efectividade de normas. Há instrumentos que permitem mesmo ao cidadão comum saber as informações pertinentes ao dossier petróleo. Os Srs. Deputados devem e têm direito de saber exactamente e nós traremos para a Assembleia um quadro a dizer exactamente o que é que se passa nessa matéria.

Vamos dizer qual é a dívida do Estado são-tomense com o funcionamento da JDA, na proporção 40/60. São Tomé e Príncipe paga, porque a Nigéria paga e vai imputar como a dívida de São Tomé e Príncipe, 40% do funcionamento do JDA, o dinheiro que paga certas pessoas que estão lá, na renda de casa, enfim uma séria de despesas que são volumosas.

E é bom que tenhamos uma noção daquilo que isso representa. Se não houver a descoberta comercial do petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunto, qual será o fardo da dívida de São Tomé e Príncipe em relação a esta operação no quadro deste acordo? É esta questão que é fundamental e que os cidadãos têm que saber, que os são-tomenses têm que saber.

Nós pretendemos reforçar o papel da Agência Nacional do Petróleo. Nós precisamos ter exactamente informações sobre essa empresa de gás que foi criada, mas o Sr. Ministro das Obras Públicas, o engenheiro Osvaldo, virá aqui falar-vos sobre essa empresa. São Tomé e Príncipe tem 25% e outra parte tem 75%.

Uma voz: — É essa questão do barco?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não. O barco é uma consequência, mas há uma empresa de gás e o Sr. Ministro vai falar disso, porque as pessoas têm direitos de saber tudo. Nós tomaremos todas as medidas, reactivar a Comissão Nacional de Petróleo e saber exactamente a composição disso tudo. Faremos tudo isso sem faltar coisa alguma.

Foi assinado um memorando, Srs. Deputados, com a República da China (Taiwan), relativamente ao Centro de Saúde de Água Grande. Esse memorando foi assinado depois da queda do XIV Governo. A razão não vos posso explicar, é uma questão que eu tenho estado a trabalhar nela com o Sr. Ministro da Saúde e com médicos conceituados nacionais para encontrarmos uma solução no quadro do interesse do País. A partida, como dizem e muito bem, há um acordo assinado num período considerado suspeito, o chamado «testamento governamental».

Portanto, só se assinam coisas neste período que são imprescindíveis para o País. Aquilo era imprescindível para obter em termos comparativo, o acordo de arroz. O arroz era imprescindível, porque hoje temos o hábito alimentar de consumo elevado de arroz e vamos falar de arroz sem «complicar e sem confundir». Há muito veneno, um dos panfletos é que arroz acabou. Estão a abusar porque sabem que isso vai atormentar a população. «O Governo e seus amigos açambarcaram todo arroz. Guardaram arroz, arroz agora vende casado com não sei o quê». Meus senhores, este Governo que os senhores legitimaram adoptou como conduta a transparência e não é verdade o que esses indivíduos dizem de má-fé. São eles que quando saíam em debandada deram o arroz a pessoas que nem sequer tinham licença para poderem fazer comércio. Nós temos a lista. Alguns parceiros desta inter-partidária criticam que somos um pouco brando, conducente, não, muito acautelantes, coniventes no bom sentido com determinadas coisas, não tirar as pessoas. Eu quero explicar sem confundir.

É verdade e nós somos políticos, não somos ingénuos que determinadas pessoas muitos próximas de nós não comungando aquilo que fazemos, sobretudo cargos de confiança política. Nós devemos ter algum

cuidado e tive essa experiência Primatura. Eu apanhei um indivíduo que é Deputado do ADI no meu gabinete, na parte de baixo, a noite, a fazer não sei o quê. Ele é funcionário de lá da Primatura, mas da elite. Estava na parte de baixo, ele tinha uma chave, entrou e disse que estava a fazer suas coisas. Mais que brincadeira é essa? Entretanto, eu como sou uma pessoa, se calhar ingénuo, quando cheguei encontrei cerca de 60 funcionários na Primatura, e esses indivíduos que nos criticam, que dizem coisas completamente falsas, sabem que eu não tirei ninguém que eu encontrei lá.

Eles deixaram-nos com Director de Gabinete, Secretárias, Motoristas e isso tudo. Deixaram numa época festiva. Meus senhores, normalmente todo o gabinete da confiança política move com o titular que deixou de exercer funções. As pessoas deveriam ter a hombridade de não me deixarem esse fardo. Fizeram para que eu dissesse, vão-se embora na quadra natalícia e depois para dizerem: «esse tipo é mau. Chegou num período natalício e nós ficamos sem dinheiro, sem nada.

Eu paguei, quando os mentores das dificuldades que são criadas ao Governo andaram a pregar que não íamos pagar o salário, íamos ter muita dificuldade. Serenamente, calmamente, com a cooperação de muita boa gente, nós fizemos o necessário e pagamos salários, pagamos o subsídio de Natal e pagamos o salário do mês do Janeiro. Este espírito é de mostrar que nós não viemos para criar dificuldades, para fazer mal às pessoas. Nós viemos para criar inclusão. Eu não entendi que seria a forma de se fazer, de agir, no sentido que precisamos de criar um clima para nós trabalharmos seriamente, com toda gente. É apenas isso que me move, não é uma questão de negligência, é o que tentei de fazer, tento fazer, mas a nossa gente é ingénuo. Não sejamos ingénuos, eu recebi, como Primeiro-Ministro, um antigo membro do governo, no meu gabinete, que tinha guia de marcha passada por outro antigo membro do governo.

Uma voz: — Como?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sim. Guia de marcha. Ele pertencia ao Conselho de Administração. Quando o governo se cessava as funções, lhe deu uma guia de marcha para se apresentar. Quer dizer, reconhecem ou não reconhecem o Governo? Quando é para dar jeito reconhecem o Governo, mas ele vinha descobrir que no *blog* desse membro do governo havia uma coisa chamada «*tléxi macucu*».

Eu vos digo, eu tenho a alma lavada e estou confiante que poderemos fazer um trabalho interessante e mostrar essas pessoas que nós queremos uma política de inclusão. No entanto, eu deixarei a palavra e não sei se os membros do Governo poderão ainda dar explicações.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos de fazer o reajuste no que concerne ao tempo. Quero propor negociações para que uns cedam aos outros tempos. O Governo já não dispõe de tempo, sabemos que o debate foi solicitado pelo Governo, daí que eu proponho ao Governo que faça negociações com os grupos parlamentares para podermos esgotar o tempo que cada um dispõe, sem usufruir do tempo dos nossos amigos ausentes.

Tomei a liberdade de fazer antecipadamente o rearranjo do tempo do ADI, que está ausente. Neste momento o MLSTP/PSD ainda dispõe de 59 minutos, sem se falar do tempo adicional, o PCD dispõe de 17 minutos e o MDFM/PL que já não dispõe de tempo. Queria propor, porque acredito que os Srs. e Sras. Deputadas ainda poderão ter questões a colocar ao governo.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, anunciou a intervenção de alguns ministros seus, por isso que poderíamos eventualmente fazer o seguinte: neste momento para além de possíveis minutos que poderão ser dados pelos grupos parlamentares, começaram a utilizar por parte do Governo os 38 minutos que dispõem do rearranjo dos 92 minutos do ADI ausente e o Governo poderia começar a utilizar esse tempo e no caso de tornar-se necessário os grupos parlamentares porão à disposição do Governo outros minutos necessários.

Do rearranjo feito, o Governo teria mais 38 minutos, o MLSTP/PSD mais 38 minutos, o PCD 12 minutos e MDFM/PL, 4 minutos. A minha proposta vai no sentido de o Governo começar a utilizar os 38 minutos. O Sr. Deputado do MDFM/PL, que tenho a certeza que gostaria de fazer mais uma intervenção, poderia utilizar se no caso o MLSTP/PSD entendesse, poderia cedê-lo mais algum minuto e o PCD começaria em esgotar os seus 17 minutos e entraria nos minutos disponíveis do ADI ausente.

Sendo o caso, tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, queria saudar o Sr. Primeiro-Ministro e a sua colectiva.

Sr. Presidente, depois de tanto que foi dito pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelos Deputados que me antecederam, eu quase que fico sem palavra perante a gravidade de algumas declarações aqui proferidas, mas mesmo tratando-se de umas declarações que foram muitos abrangentes, há um aspecto que nós não falamos que eu gostaria de levantar, que é o relatório preliminar da comissão que fez auditoria à TVS no último período do anterior governo.

Eu lembro-me de ter consultado o Têla Nón na internet e, e creio que também foi publicitado na TVS, vi o relatório preliminar e as constatações da comissão da auditoria à TVS. Havia situações que eram muito graves que das quais nunca mais ouvimos falar. Não tivemos acessos às conclusões definitivas da comissão da auditoria.

Eu lembro-me que no relatório preliminar, segundo o Têla Nón, falava-se do incumprimento das leis em vigor e existência de uma base legal para cobrança de receitas, diversos pagamentos efectuados sem vistos dos responsáveis, receitas arrecadadas e despesas internas não programados e não inscritas no OGE, cheques pagos sem justificativos, ausências dos documentos justificativos, pagamento endividado e diferenças de salários, existências de várias contas bancárias. Quer dizer que houve uma série de irregularidades e ao ouvir o Sr. Primeiro-Ministro e os meus colegas Deputados, não falamos disso. Por isso, eu gostaria de saber do Governo, primeiro, se tem em sua posse o relatório final da auditoria; segundo, qual é a sua predisposição para agir em conformidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e a sua colectiva: Só tenho que agradecer porque hoje tenho informações suficientes para transmitir e para dizer a verdade, mas tenho a consciência que não é possível o Sr. Primeiro-Ministro falar de tudo. Atendendo a zona onde que eu vivo, eu queria ter informações sobre barcos de pesca. No orçamento do outro governo nenhuma verba estava inscrita e se os senhores têm informações que me passem por favor. Também acompanhei, através da TVS, que houve um atraso no pagamento de pensões aos idosos e também gostaria se houvesse possibilidade para falar sobre esse assunto.

Quanto aos indivíduos que, segundo o Sr. Primeiro-Ministro e nós constatamos, falam à toa, eu gostaria de sugerir que houvesse medidas e que não ficassem à espera, que a resposta fosse rápida. Eu não espero que aconteça como foi o último caso que delegaram a TVS desmentir uma declaração relacionada com o processo-crime contra um jornal digital.

A pessoa que falou foi à TVS desmentir e agora, se uma pessoa falar algo que não corresponde à verdade a própria pessoa deve ir para lá dar a cara e desmentir.

Por último, eu queria aconselhar o Sr. Primeiro-Ministro, porque a nossa língua diz: «*pinham só cá txilá pinham*».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de propor um intervalo de 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, eu já havia tomado essa iniciativa, mas infelizmente os Srs. Líderes mandaram-me mensagem, dizendo que não. Por isso não propus essa medida. Caso os Srs. Deputados estejam de acordo, suspendemos a sessão, não por 10, mas sim por 15 minutos. Sr. Primeiro-Ministro, a sessão está suspensa.

Suspendeu-se a sessão quando eram 14 horas e 15 minutos.

Retomou-se a sessão quando eram 14 horas e 40 minutos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, declaro reaberta a sessão. Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente a explanação sobre o estado da Nação, fez uma brilhante apresentação. No que concerne aos barcos e ao porto flutuante ouvi pouco, daí que eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos brindasse um pouco sobre essa matéria que foi umas das razões justificadas na moção de censura.

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro falou ao de leve, constatando o não pagamento das bolsas de estudos. Já que estamos cá e os encarregados de educação estão perplexos lá em casa, gostaria, se fosse possível, que o Sr. Primeiro-Ministro também nos brindasse sobre os passos a seguir, uma vez que há preocupação e os lamentos são fortes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscritos, peço ao Sr. Primeiro-Ministro que indigite um dos ministros para dar sequência à explicação do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, indico o Sr. Ministro das Finanças, num primeiro tempo, a seguir o Sr. Ministro das Obras Públicas e posteriormente o Sr. Ministro da Juventude e Desporto, para responderem às questões legitimamente levantadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Fianças** (Hélio d'Almeida): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Começo por referir-me à situação da tesouraria aquando da tomada de posse do XV Governo Constitucional. Portanto, precisamente no dia 12 de Dezembro tínhamos uma situação na Tesouraria muito pouco confortável, não obstante a situação que é de conhecimento de todos, mas que efectivamente não era condicente com os engagements que o Estado tinha por pagar. Com a vossa permissão eu passo a fazer referência a alguns valores. Na conta corrente do Tesouro Público, nós dispúnhamos de pouco menos de 3 mil milhões de dobras. Na conta em moeda estrangeira, nomeadamente dólar, tínhamos 24 000 dólares e 40.8 euros para a conta corrente do Tesouro Público. Estamos aqui a falar de base, compromisso.

Efectivamente o Tesouro dispõe de outras contas, são contas que estão sujeitas a regras específicas de utilização, nomeadamente fundo de contrapartida, entre outras que, como compreenderão, não são passíveis de utilização para despesas correntes ou mesmo de capital, sem seguir algumas tramitações. Contudo, encontramos também, estava a aproximar-se a quadra festiva, aproximadamente, 100 mil milhões de dobras de despesas, contas a serem pagas, dos quais 63 mil milhões eram despesas correntes e, claro, aqui estamos a falar naturalmente, há uma componente que depois teria que entrar o salário, daí a questão de dizer que o Governo não conseguiria pagar os salários. Efectivamente, não tínhamos como pagar os salários. Devo dizer que tivemos que accionar mecanismos diversos, mesmo ao nível do Governo, todos os Ministros, começamos a andar atrás dos contribuintes, a pedir que liquidassem as dívidas. Fomos entendidos e compreendidos por alguns, conseguimos reunir alguma soma e, oportunamente, fizemos questão de honrar os engagements assumidos, como também o fizemos agora, durante o mês de Janeiro. Portanto, no salário do mês de Janeiro que se tem ventilado, de forma errónea, que o Governo não pagou.

Como compreendem, de acordo com a reforma das finanças públicas em curso, a Lei SAFE, que é a Lei 3/2007, dita regras claras sobre a utilização de recursos, num quadro em que o Orçamento Geral do Estado não é aprovado e naturalmente tivemos que nos cingir a essa questão, tivemos que, efectivamente, seguir as tramitações. É o que temos feito, mas despesas salariais e despesas correntes imprescindíveis, inadiáveis, estão a ser cumpridas e observadas de forma oportuna por parte do Governo.

Relativamente às nossas dívidas, meus senhores, vou começar pelas dívidas internas. Temos alguns engagements e oportunamente poderei fornecer detalhes sobre isso, que totalizam 444 mil milhões de dobras. Estamos a falar de algumas contratações de serviços, estamos a falar de alguns engagements em que o Estado foi penalizado nalguns processos, no caso de TGS, MSF - Engenharia, um conjunto de dossiers que ainda continuam pendentes e a pesar sobremaneira o nosso nível de endividamento interno. Temos três empresas com as quais o Estado tem uma relação que devemos também e temos que encontrar uma forma de fazer face, que é nomeadamente a EMAE. Na data de 12 de Dezembro de 2012, o Estado tinha uma dívida acumulada com a EMAE de 72 mil milhões de dobras.

Com a ENCO, em termos de diferença do preço do combustível, como sabem, o Estado subvenciona o preço do combustível, foram-se acumulando dívidas e na altura quando assumimos as funções, posso dizer, reduzindo isso, estamos a falar de 500 mil milhões de dobras, acumulada até 12 de Dezembro de 2012, 500 mil milhões de dobras, diferença do preço do combustível.

A CST, o custo com a comunicação móvel e fixo, só no exercício de 2012, estamos a falar de um custo de 27 mil milhões de dobras, com a comunicação. Naturalmente que estas questões estão a ser alvo de uma análise muito aprofundada, isso implica responsabilização, isso pressupõe um levantamento exaustivo dos argumentos, pressupostos que estariam na base dessa situação e naturalmente que o Estado não poderá, de forma contínua e permanente, suportar custos dessas envergaduras, quando temos encargos outros e temos restrições em matéria financeira, que são do conhecimento de todos.

Relativamente à nossa dívida externa, nós saímos recentemente do perdão da dívida, actualmente já temos 220.7 milhões de dólares da nossa dívida externa.

E agora, tentando articular um pouco a referência às dívidas e os engagements, e respondendo ainda às questões que foram aqui colocadas, devo dizer que relativamente às bolsas de estudos, houve um atraso nos pagamentos, há mais de 1 ano, nalguns casos, que totalizam 256 mil dólares e 172 mil euros.

Essa questão, tendo em conta a natureza da despesa a que fiz referência, bolsas de estudos, tivemos que alojar no Orçamento para 2013 e fizemo-lo em detrimento de algumas situações de despesas correntes, também consideradas inadiáveis, com o espírito de responsabilidade e tendo em conta a própria especificidade. Ter um compatriota fora do País, mais de 1 ano sem recursos e alguns começam a ser expulsos das suas residências, precisamos efectivamente de pôr cobro à situação.

Temos algumas dívidas que também temos estado a fazer o seu levantamento e devo abrir parênteses para dizer o seguinte: Srs. Deputados, o conhecimento desse montante tem como base os relatórios que aquando da tomada de posse, portanto, no início das minhas actividades enquanto Ministro do Plano e Finanças, pedi a cada sector da Função Pública sob a minha tutela que efectivamente me fizesse um diagnóstico da situação. Naturalmente que isso está em fase agora de procedermos à averiguação de cada um dos valores, dos pressupostos que aí estão, tendo em conta tudo isso.

Permitam-me aqui também referir-me a alguns engagements com as pequenas e médias empresas. Nós, repetidas vezes, fazemos referência ao empresariado nacional, o sector da construção,

particularmente, em que as pessoas são convidadas a participar nos concursos públicos, mas acontece que muitas vezes, por atraso de pagamento, o objectivo aqui é fazer o lançamento de várias obras, o Estado foi acumulando atrasos, e esses pequenos e médios empresários, com todas as dificuldades que nós conhecemos, tiveram que recorrer ao sistema financeiro para concluírem as obras do Estado, tiveram que suportar encargos financeiros, as taxas de juros, nomeadamente, e a verdade é outra situação que temos em carteira. Precisamos de encontrar uma solução para essa situação.

Foi aqui referida, pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, a questão da TVS. Efectivamente, há um conjunto de relatórios, são muitos. Alguns estavam em carteira, mas que neste momento temos estado a apropriar-nos deles, do conteúdo, alguns com contornos e recomendações muito claras e objectivas, com o devido enquadramento legal, que não deram sequência para as entidades competentes. Neste momento posso assegurar aqui aos senhores que efectivamente todos esses relatórios terão o seu devido seguimento.

Particular e relativamente à TVS e à luz da lei, os relatórios, uma vez concluídos, passam por um período de contraditório e, neste momento, o relatório da TVS foi concluído em Janeiro de 2013, foi submetido à Direcção cessante, na altura era uma Comissão de Gestão da Televisão, que à luz da lei, estamos a falar entre 10 e 20 dias para o contraditório, já ultrapassamos esse período, mas houve uma nota já para reforçar a premente necessidade de reagirem ao teor do relatório. Posso assegurar que ao longo da próxima semana vamos dar seguimento a esses relatórios, precisamente.

Eu concordo que existem questões ali que são gritantes, em matéria de gestão, mas naturalmente daremos seguimento e as outras entidades agirão de conformidade.

No que concerne ao empreendedorismo, micro crédito, devo dizer que é efectivamente como já fez referência aqui o Sr. Primeiro-Ministro, uma preocupação que temos. Isso faz parte, inclusive, do nosso Programa do Governo, efectivamente pautar pelo incremento dos níveis do empreendedorismo. É um elemento que nós temos em conta, mas esse processo far-se-á com toda a transparência possível e vai ser de cobertura nacional. Não tenhamos dúvidas. Entendemos também que estamos a falar dos recursos do Estado. Nós o que temos em carteira de fazer sobre esse processo é canalizar todo o processo para uma instituição bancária.

Um processo transparente, as instituições são várias, vão concorrer e aquela que oferecer melhores condições, as garantias associadas, por aí fora, a nossa filosofia é tentar subsidiar a taxa de juros, porque deve haver alguma responsabilização.

As pessoas vão ter acesso aos recursos, mas têm que assumir também o engajamento, depois devolver consoante a rentabilidade dos seus pequenos negócios. E nessa matéria existem casos específicos de micro crédito, que vamos recorrer também ao poder local. Eles conhecem as necessidades das suas regiões, conhecem as pessoas e estariam em melhores condições de ajudar o próprio Governo na gestão desse processo, mas quero dizer também que esse recurso não estará ao nível dos outros ministérios. O recurso estará determinado por lei, aliás é assim, no âmbito do Ministério do Plano e Finanças. Mas também não é o Ministério do Plano e Finanças que vai seleccionar os dossiers. Não! Os dossiers, conforme a sua especificidade, os ministérios de tutela farão todas as demarches e depois daí só daremos todo o seguimento, para que efectivamente haja transparência e seriedade na gestão desse processo.

Quero aproveitar esta «janela», Srs. Deputados, para dizer que, não obstante não estarmos ainda na discussão do orçamento de 2013, efectivamente a Inspeção-geral das Finanças precisam dotar aquela estrutura de melhores meios de actuação. Precisamos dinamizar aquele sector, atribuindo competências claras, aliás a sua materialização, a legislação, não obstante algumas actualizações que carecem. Importa sim, efectivamente, que haja melhoria das condições, para que a Inspeção-geral das Finanças possa levar a cabo, e de forma plena, as suas atribuições legais. E aproveito também para dizer que, no âmbito da implementação da execução do Orçamento Geral do Estado para 2012 e no quadro ainda da própria reforma das Finanças Públicas, nomeadamente a Lei do SAFE, dizer que as DAF têm um nível de competência acrescida e, normalmente, se nós temos competências acrescidas, os nossos níveis de responsabilidade devem ser também acrescidos. Por isso é que nós estamos a levar a cabo agora um conjunto de inspecções ao nível das DAF, porque a questão dos contratos de licitações, por aí fora, toda a questão em torno do funcionamento das DAF precisa ser devidamente validada e haverá responsabilização sectorial. Isso é algo que posso assegurar aos Srs. Deputados.

Por ora, acredito ter respondido às questões que foram colocadas, fico por aqui, por enquanto.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Sr. Presidente, peço desculpas. já me ocorreu uma questão que foi levantada aqui sobre os barcos. Posso dizer que em 2009, através do decreto n.º 5, foi reconhecida a indemnização aos marinheiros, num valor de 756 000 euros. Esse montante fora inscrito e em 2012 foram pagos 289 000 euros e para o exercício de 2013 está em dívida 391 000 euros, que fazem parte das despesas do exercício findo e ao longo do exercício corrente, em 2013, faremos todo o possível para honrar esses engajamentos, tendo sobretudo como base a continuidade do Estado, engajamento claro e notório, publicamente assumido pelo Governo. Daremos sequência a essa situação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro das Finanças.

Espero que as Sras. e Srs. Deputados tenham tomado nota do volume das nossas dívidas, quer internas quer externas. Julgo que com a aprovação que fizemos nos finais do ano passado da Lei-Quadro da Dívida Pública, isso vai requerer da nossa parte, enquanto parlamentares, uma intervenção bastante significativa, para que no quadro do OGE possamos ajudar o Governo a encontrar caminhos para que essas dívidas sejam paulatinamente amortizadas.

Passo agora a palavra ao Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente** (Osvaldo d'Abreu): — Bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É da minha responsabilidade, sob a orientação do Sr. Primeiro-Ministro, proceder a algumas explicações concernentes às questões aqui levantadas, nomeadamente reforçar a minha intervenção da última plenária, relativamente à questão dos barcos, do porto flutuante e, não só, dar também algumas informações sobre a situação do dossier petróleo, do estado em que se encontra, questão levantada pelo Sr. Deputado Delfim Neves, e falar ainda do caso dos 30 000 barris de petróleo que nos são colocados à disposição pelo Governo da Nigéria e, finalmente, sobre a questão actual da EMAE.

Bem, tal como fiz referência na minha última intervenção, o Estado são-tomense assinou, no dia 1 de Março de 2012, um memorando de entendimento com a empresa *Blue Sky*, com três vertentes: criação de uma empresa de exploração e pesquisa de gás, instalação de um banco comercial e instalação de uma plataforma flutuante. Em consequência, nós tivemos na nossa Costa, a partir de Julho do mesmo ano, a visualização de alguns barcos gigantes, com dimensões que já aqui citamos, de cerca de três campos de bola, dois foram visíveis em meados de Julho e outros dois a partir de Setembro, completando o número de quatro. Bem, estes barcos, segundo os próprios operadores, tinham como objectivos fazer testes que nós desconhecemos no seu todo de que natureza se tratava.

Nós, quando tomamos posse, fizemos algumas averiguações e tivemos algumas informações, nomeadamente do Instituto Marítimo Portuário (IMAP), da ENAPORT e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), as três instituições com alguma relação com os trabalhos ligados à presença dos mesmos navios aqui em São Tomé e Príncipe, mais especificamente na Costa da ilha de São Tomé.

A plataforma flutuante que vem descrita no memorando tem como objectivo, segundo os proponentes, criar um mercado gigante no mar, para fazer comércio com os países da nossa costa africana e, igualmente, fazer compras de matérias-primas. Para a efectivação desta operação eles precisavam fazer testes, segundo eles. Bem, os testes foram levados a cabo e nós temos, pelo menos, três vertentes da natureza dos testes. A ENAPORT fala de testes, de trocas de tripulação e trocas de pessoas. A carta enviada pela própria empresa para o Ministro das Obras Públicas de então faz referência a uns testes críticos para uma boa operação dessa plataforma. Igualmente, a Agência Nacional de Petróleo, quando contactada para se pronunciar, fez referência a testes sobre correntes marinhas e correntes flutuantes, quer dizer, no fundo, nós ficamos sem saber de que natureza de testes se tratava.

Ora, para essas operações, justamente para nós termos algum controlo, digo algum controlo devido à nossa fraca capacidade de recursos humanos. É uma coisa nova, nós deveríamos fazer um acompanhamento desses mesmos testes. Esse acompanhamento não foi feito nem vem contemplado no memorando que foi assinado entre o governo do Dr. Patrice Trovoada e a empresa *Blue Sky*. Portanto, os testes, eventualmente, foram feitos e nós ficamos desprovidos totalmente dos relatórios que nos relatam aquilo que foi realizado nas nossas águas.

Entretanto há dívidas. A ENAPORT reporta uma dívida de cerca de 570 000 euros, justificando o período do estacionamento dos barcos aqui nas nossas águas. Existe aqui uma contradição que vou citar. Esse montante corresponde a somente 40% das taxas praticadas pela ENAPORT. Entretanto, no próprio memorando que foi assinado pelo governo e a *Blue Sky* vem explícito que as partes vão negociar os termos fiscais favoráveis, qualquer coisa parecida com o que existia para as zonas francas. Ao mesmo tempo, o governo anterior, o governo de Patrice Trovoada, veio dizer que esses barcos iriam trazer muito dinheiro para o País, porque estavam aqui estacionados, e a ENAPORT ia ganhar muito dinheiro, mas fazia trocas de correspondência com os operadores com o objectivo de isentá-los de pagamento dessas mesmas taxas.

Bem, essas constatações estão nos relatórios apresentados pelas nossas instituições, nomeadamente a ENAPORT e a Agência Nacional de Petróleo.

Caros Deputados, existe uma série de situações que envolvem esta operação, que é o nosso dever expô-las de forma clara.

O governo anterior não criou condições nenhuma para que os nossos técnicos e as instituições fizessem o acompanhamento de tais testes, ignorou a recomendação da Agência Nacional de Petróleo, que em Outubro de 2012 aconselhava o Governo a criar condições para que técnicos são-tomenses pudessem acompanhar tais operações. Esse relatório existe.

Por um lado, nenhuma acção foi desencadeada pelo então governo para que permitisse que o Estado são-tomense se apoderasse do relatório dos tais testes. Por outro lado, o memorando também contemplava

a formação ou a criação de uma empresa de gás. A empresa de gás foi constituída, inclusive, contra um dos relatórios, também da Agência Nacional de Petróleo, cujo parecer desaconselhava o governo, alertando-o que a lei existente sobre a pesquisa e exploração do petróleo não contempla especificamente a exploração de gás e, portanto, uma acção deste tipo, tendo como parceiro o Estado são-tomense.

Devia ser feito após a modificação da mesma lei, mas não foi feito e a empresa foi constituída, numa percentagem em que o Estado são-tomense detém 25% e a empresa *Blue Sky*, 75%, sem nenhuma justificação plausível para esta distribuição de percentagem, uma vez que o principal objectivo da empresa seria a exploração de gás no Território da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

E perguntamos, porque é que o Estado são-tomense teria associado o seu nome, com uma percentagem tão baixa, a um consórcio que pretende explorar gás em São Tomé e sobretudo, é bom que isto seja dito, em países vizinhos, e vem estipulado no memorando que o governo tinha que criar regulamentações para permitir que a empresa pudesse entrar nos países vizinhos, pesquisar e explorar gás, numa situação em que nós estamos envolvidos e sabemos que a indústria de petróleo é uma indústria extremamente complexa e o País fica completamente vulnerável ao ir procurar gás, numa percentagem minoritário, nesse consórcio que foi criado?

Portanto, é a situação dessa empresa de gás. Pelas informações que temos através da Agência Nacional de Petróleo (ANP), ela pretende adquirir blocos na Zona Económica Exclusiva e na Zona Conjunta e tem como finalidade que o Estado a leve a outros países da Região, para que ela possa igualmente ter a possibilidade de adquirir blocos naqueles lados.

Sras. e Srs. Deputados, nós, neste momento, temos os nossos estudantes há cerca de um ano sem receber bolsas de estudos e nós todos aqui somos testemunhas de que, em 2003, o então Presidente da República, Fradique de Menezes, no governo da Sra. Deputada Maria das Neves, presente aqui, fez uma acção junto ao Presidente da Nigéria, Obasanjo, para que São Tomé e Príncipe fizesse parte do lote dos países que beneficiam de uma dotação de milhares de barris por dia, com o objectivo único de poder suportar as bolsas de estudos dos nossos estudantes. Esta acção levou a que o Governo nigeriano, desde 2003, colocasse à disposição de São Tomé e Príncipe 30 000 barris de petróleo por dia. Com a revenda desses barris, quero esclarecer que o Governo nigeriano não dá a São Tomé e Príncipe 30 mil barris de petróleo por dia.

O Governo nigeriano o que faz é colocar este montante à nossa disposição ao preço do mercado. Temos que ter a capacidade para ir buscar esse petróleo ao preço do mercado, revendê-lo e poder tirar alguma margem por excesso. Mas como não temos essa capacidade logística para ir buscar o petróleo *a jusante*, arranjam um intermediário que faça esse trabalho e nos dá em contrapartida algumas percentagens que são os cêntimos que temos recebido. Começou em 2003 com 15 cêntimos, fomos evoluindo até os 35 cêntimos que se pagava em 2011.

Sucedeu porém, que em 17 de Outubro de 2011 o Governo são-tomense assinou um memorando de entendimento com uma empresa para os efeitos dessa operação dos 30 000 barris de petróleo por dia, interrompendo a operação que vinha sendo feita com o anterior operador. É legítimo, o governo tem essas prerrogativas. Só que depois de o memorando ter sido assinado, o governo simplesmente decidiu ignorá-lo. Não procedeu à execução do memorando, dando os devidos poderes a empresa interessada de ir levantar o petróleo e pagar a respectiva percentagem ao Estado são-tomense, fazendo com que durante o ano de 2012 nos víssemos privados desse montante que muito ajudaria para pagar a dívida dos nossos estudantes.

Estamos a falar de um governo que diz repetidamente ser amigo do povo. Temos estudantes a 10 meses sem bolsas e temos um memorando assinado em final de 2011 para que pudéssemos buscar aqueles barris e com aquela percentagem pagarmos os nossos estudantes.

Vozes: — Montante.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente: — O montante que foi negociado e assinado com o governo anterior é uma quantia de 1 dólar por barril, que nos daria qualquer coisa como 12 milhões de dólares em 2012, que perdemos.

É bom que se diga que esta é uma acção de benevolência do governo nigeriano, repito, o pedido foi feito com o objectivo de pagar e financiar a educação dos nossos estudantes. Achamos que ninguém tem o direito de faltar com esse compromisso.

Assim que chegamos ao poder, enquanto dirigentes, passamos vergonha, devo confessá-lo aqui. Assim que assumimos o poder, o antigo operador veio ter connosco e disse-nos que foi interrompido, em 2011, de fazer operação e que estava disposto e interessado em prosseguir com a operação este ano. Dissemos que estava bem, temos o historial que pedimos à Agência Nacional de Petróleo e que estávamos disponíveis para renegociar a situação e de forma muito célere poderemos contar com aquela quantia para pagarmos os nossos bolseiros.

Demos a palavra, algumas semanas depois aparecem uns empresários com este memorando, assinado. Ninguém conhecia o memorando, não havia cópia no ministério, não há cópia no Gabinete do Primeiro-Ministro, nem há cópia na Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Quem assinou da parte são-tomense?

O Sr. **Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e do Meios Ambiente**: — Dr. Afonso da Graça Varela da Silva.

Murmúrios.

Esta cópia nos foi facultada pelo próprio empresário e tem sido assim, Srs. Deputados. Temos conseguido recuperar alguns dossiers a partir da boa vontade daqueles que estavam aqui e que assinaram com o Estado são-tomense, o que é uma vergonha para um país.

Tivemos que tomar conta da situação, submetemos todo o dossier à Agência Nacional de Petróleo, pedimos os respectivos pareceres e procedemos diligências no sentido de reactivar, o mais rapidamente possível, este processo para junto ao governo da Nigéria podermos beneficiar desse montante.

Neste momento, o processo está a correr os seus termos e pensamos que muito brevemente poderemos finalizá-lo e minimizar a carência dos nossos estudantes.

A situação da EMAE. Quando assumimos o poder, fizemos várias visitas à EMAE e tivemos a garantia da administração da EMAE, em finais de Dezembro, que a empresa tem energia suficiente para dar mais do que aquilo que é o nosso consumo. Dois meses depois, vêm-me dizer que a nossa capacidade de produção não chega aos 10 MW e o nosso consumo está acima dos 13 MW e que a razão se deve a manutenção. Milagrosamente todas as centrais estão em manutenção. Santo Amaro está em manutenção, São Tomé em manutenção e Bôbô-Forro, não sei o que está lá, mas quase não funciona, Contador com as derrocadas está a meio gás, de repente estamos numa situação que temos que decidir. Foi-me dito no encontro que tive com os directores para pedir explicação que a programação de manutenção foi feita desde 2011, só que o governo anterior não autorizou, nem mobilizou meios para que isso fosse feito de forma programada como deveria ser e, segundo os técnicos, estava tudo no ponto de explosão. Ou fazemos agora ou arrebenta tudo e tínhamos que decidir. Não podíamos, de maneira alguma, contrariar a opinião técnica e permitir que as máquinas continuassem a trabalhar sem manutenção e daqui a 3 meses teríamos uma situação de caos.

É esta situação que temos neste momento, juntamente com a Direcção da EMAE e outros privados que operam na produção do sistema estamos a trabalhar para que o mais rapidamente possível possamos colmatar esta fase de manutenção necessária e assim minimizar este mal-estar.

Relativamente à situação do dossier petróleo como tal, Zona Conjunta, Zona Exclusiva, solicitada pelo Sr. Deputado Delfim Neves, neste momento, na Zona Exclusiva, como é de caris público, após o leilão, uma empresa foi seleccionada e a ela foi adjudicado um bloco dos setes que foram postos em concurso. Os restantes blocos não foram adjudicados ao critério do governo anterior e têm aparecido algumas empresas com a pretensão de avançar para adjudicação directa de acordo como está estipulado na Lei. A nossa Lei permite que o Estado avance para a adjudicação directa, após a conclusão de um leilão com os blocos que não foram adjudicados. Temos várias ofertas e criteriosamente, de acordo com aspectos técnicos, económicos e de estratégia do País, esses indicadores estão a ser analisados. Já vinham sendo analisados pelo governo anterior, tendo em conta a quantidade de empresas interessadas e muito brevemente teremos que tomar uma decisão até porque não podemos deixar as pessoas no ar permanentemente a nos perguntar que fazer das suas propostas.

Vamos entrar em 2013 numa fase de pesquisa na Zona Exclusiva. Temos neste momento cinco blocos engajados e provavelmente poderíamos entrar em engajamento de mais dois blocos dos restantes que ficaram, tendo em conta as propostas que temos em cima da mesa. A pesquisa que vai envolver a sísmica 3D e eventualmente furos, mas que são agora da responsabilidade dos operadores que assinaram conosco os blocos e da Agência Nacional de Petróleo para fiscalizar estas operações.

Zona Conjunta. Neste momento temos somente um bloco em actividade, os blocos dois, três e quatro, tendo em conta os resultados dos furos, os operadores recuaram e temos que tomar algumas decisões relativamente a passos seguintes, renegociar com outros operadores ou colocar os blocos novamente em concurso. São situações que vão ser analisadas tendo em conta toda essa conjuntura, resultados encontrados e o real interesse.

O bloco número um que neste momento o operador é a empresa TOTAL vem fazendo perfurações e estudos. Aquilo que nos foi dado em termos de informações que até agora dispomos nos leva a uma prudência relativamente ao futuro, isto porque os furos foram feitos, os resultados não foram desejáveis, mas contudo não são negativos e a empresa solicitou aos países, através da JDA, algum tempo adicional, não mais de 6 meses para apurar com alguma exactidão e menos riscos as informações que obteve após os furos realizados. Estamos nesse momento a fazer o devido seguimento e prometemos trazer mais informações quando elas surgirem e, que Deus queira, com alguma felicidade.

Muito obrigado Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro pelas explicações dadas.
Tem palavra o Sr. Ministro da Juventude e Desporto.

O Sr. **Ministro da Juventude e Desporto** (Albertino Boa Morte): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Acho que já estamos todos cansados, por isso vou ser muito breve.

Murmúrio.

Começo com má notícia. Herdamos o Ministério da Juventude e Desporto com uma dívida de cerca de 35 mil milhões de dobras, número redondos, dos quais 90% constitui dívidas com obras e acções que foram realizadas e que não estavam inscritas no OGE...

Vozes: — Oh!

O Sr. **Ministro da Juventude e Desporto**: — Posso ir passo a passo e detalhar. Tenho aqui um total de 35 mil milhões de dívida, cerca de 31 mil milhões corresponde a acções que não estavam inscritas no OGE.

Depois desta má notícia gostaria de responder à questão do Sr. Deputado António Barros. Considero infeliz a preocupação que o senhor levantou, a comunicação que alguém lhe fez, porque nunca recebi em audiência cidadão nenhum, desde o início do mandato. Não tive a oportunidade de dizer a nenhum cidadão deste país que ia utilizar esse dinheiro para beber cacharamba.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Delfim Neves, quanto ao empreendedorismo e as obras que estão em curso, estado das infra-estruturas do Ministério da Juventude e Desporto e sobre a «Onda da Vitória», em 2012 estava inscrito no OGE para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto apenas dois projectos: «Reabilitação e conservação do parque ex- Sinência, no valor de mil milhão de dobras» e «Construção do pólo desportivo em Santana, 3,5 mil milhões de dobras». A Juventude não tinha nada, entretanto apareceram coisas ao nível da Juventude, projectos que não estavam orçados e que foram executados.

No que concerne a reabilitação e conservação do Parque ex-Sinência, o governo pagou, numa primeira fase, 30% do montante de mil milhão e numa, segunda fase, 40% desse montante e ficou a dever 30%. Entretanto, aparece uma adenda ao contrato três vezes superior ao montante inicial, corresponde a 3,3 mil milhões de dobras. Um valor triplo do valor inicial.

Neste momento, ao nível dessa reabilitação, o Estado tem 3,7 mil milhões de dobras por pagar.

No que concerne a construção do pólo desportivo em Santana, zero. As obras não foram realizadas por falta de verba e precisava-se de 3,5 mil milhões de dobras para concluir a obras.

Temos programas não planeados ou não inscritos, mas assumidos. Tenho aqui a nível do desporto a reabilitação do Estádio Nacional 12 de Julho e aplicação de pista de tartã. Neste momento, consideramos disponível a execução em 60%, no entanto houve uma situação peculiar, uma adenda no valor de 25 mil milhões de dobras, por isso é que a obra está parada, porque depois de ter sido adjudicada aparece posteriormente uma adenda. Negociaram com a empresa uma adenda num valor perto de 25 mil milhões de dobras.

Temos aquisição de uma carinha para a Direcção-geral dos Desportos. A carinha foi comprada, mas não foi paga e temos por pagar 514,5 milhões de dobras.

Estudo de alteração de projecto de reabilitação do Estádio Nacional 12 de Julho, estudo de alteração. Foi realizado a 100%, mas temos uma dívida de 19,8 milhões de dobras.

No âmbito da Juventude, havia um projecto de artesanato que começou em 2011, entretanto não foi inscrito no Orçamento de 2012, a continuação da segunda e terceira fases. O governo assumiu sem estar inscrito, o projecto está em curso e faltam quatro meses para a sua conclusão. Temos uma dívida total de 192 000 euros dos quais temos 240 milhões de dobras que o Estado deve, em termos de bolsa de estudo que o governo assumiu pagar aos participantes do projecto. São estudantes, não sei se posso dizer estudantes, mas participam, vão aprendendo e desenvolvendo as técnicas de artesanato.

Temos o programa «Interagir» que também não estava inscrito, nível de execução 30% e o Estado tem 575 000 dólares de dívida para pagar. Não sei onde é que o Estado vai arranjar esse dinheiro todo, vamos ver.

Temos o programa de «Empreendedorismo e Micro Crédito Jovem», que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças já explicaram aqui, mas gostaria de dizer que o nível de execução é zero e tentaram começar pelo fim, na última oportunidade que tiveram para governar. O valor disso assumido é de 500 000 dólares americanos. Este dinheiro desapareceu. Conforme o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças, o dinheiro foi desviado para outros fins, considero que desapareceu.

Tenho aqui o extracto de conta da «Onda da Vitória» que pedi, até agora não se conseguiu apurar quanto foi mobilizado ao nível do projecto. A conta bancária só tem um saldo de 10 milhões, temos aqui vários levantamentos e não sabemos o que foi feito com o montante e sabemos que há recursos que não foram parar na conta da «Onda da Vitória» e podem ter sido entregues à mão ou de outra forma. Não há nenhum recibo, nenhuma factura, nenhum projecto, nada que comprove a utilização do dinheiro, nenhuma justificação de utilização do dinheiro e não temos como explicar. A única justificação é que existe uma conta e nessa conta só tem, neste momento, 10 milhões de dobras disponíveis.

No que concerne a obras do campo de futebol da Trindade, tive o cuidado de estudar muito bem a lição. Tenho aqui dois títulos que foram concedidos à Câmara Distrital de Mé-Zóchi, um para construção do campo de futebol e outro para urbanização. O primeiro era supostamente para o campo de futebol. Tenho aqui todas as autorizações, só consegui ver a transferência de 429 milhões para o pagamento da terraplanagem, mas sei que foram 500 milhões, porque tenho isso aqui, é do Ministério do Plano e Finanças que autoriza o pagamento de 500 milhões...

Murmúrios.

O Sr. Ministro da Juventude e Desporto: — ...mas isso tem uma subtilidade, algo que precisa ser explicado. Houve uma atitude muito inteligente de tentar iludir-nos, ou seja, há um terreno que foi concedido para o campo de futebol. O Estado pagou para fazer a terraplanagem, o pagamento final foi feito em 29 de Novembro de 2012, o nome da Empresa é «Construções José António Alves e Filhos», Vila Dolores. O terreno foi concedido em 25 de Janeiro de 2012, título concedido para a Câmara Distrital de Mé-Zóchi, em 29 de Novembro de 2012. Depois de já ter sido feita a terraplanagem o Estado pagou nesta data, penso que são 500 milhões.

Apesar de a transferência que tenho se referir a 429 milhões, a autorização das Finanças é de 500 milhões. Em 3 de Dezembro pedem o novo título, também concedido pela Câmara para urbanização. Vou mostrar. Este é o segundo terreno, o primeiro é o lote de Santy e este é que inicialmente foi concedido para o campo de futebol e até o momento, segundo o título, é ele que é destinado para o campo de futebol, o outro é para urbanização. Só que alguém decidiu construir lá a sua casa e teve que arranjar um...

Vozes: — Quem? Diga o nome da pessoa.

O Sr. Ministro da Juventude e Desporto: — ...não sei o nome, porque não tenho nenhum documento com o nome da pessoa. Vou pedir aos serviços que me dêem. Só sei que alguém decidiu construir lá a sua casa e então arranjou um terreno substituto, não para campo de futebol, mas para urbanização e querem nos dizer que esse segundo terreno é que foi concedido. Entretanto, a terraplanagem foi feita neste primeiro, ou seja, o Estado pagou 500 milhões de dobras para terraplanagem que depois...

Penso que é tudo, respondi às perguntas, entretanto, estou aberto, se tiverem mais questões que eu possa responder.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro da Juventude, nós vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, temos três Srs. Deputados inscritos, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a vossa atenção para a gravidade dos problemas que nos estão a ser expostos pelos Srs. Ministros.

A gravidade é de tal ordem que, julgo que as Sras. e os Srs. Deputados devem fazer jus às suas responsabilidades e agir em conformidade.

Muitas vezes nós assistimos a esses desmandos e agimos silenciosamente, e no silêncio, a nossa acção é inócua, mas julgo que é chegado o momento para que o Parlamento São-tomense possa erguer, de facto, a cabeça e assumir plenamente as suas responsabilidades. No final deste debate proporei a V. Excelências uma resolução, e espero que estejamos todos de acordo como forma de ajudar o XV Governo a ultrapassar essas dificuldades encontradas e que de uma vez por todas possamos iniciar um novo percurso para que a população são-tomense comece a ter maior confiança nos seus dirigentes

Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. Adelino Pires Neto (MDFM/PL): — Obrigado Sr. Presidente.

Gostaria de solicitar ao Sr. Ministro das Obras Públicas, quando fez visita à EMAE e disseram que tudo estava bem, eu sei que nenhum de nós, cada um é perito na sua área, mas pronto, se fosse uma situação de petróleo, diria-se que o Sr. Ministro era perito e conseguiria resolver. E o problema de EMAE nós, sinceramente, não tínhamos, com certeza, ninguém de experiência e que entende de EMAE para nos dizer qualquer coisa.

Mas será verdade aquilo que o senhor disse agora que era por causa de manutenção? Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um apelo, temos que assumir as nossas responsabilidades, criar uma equipa de inquérito, e temos que «invadir» todas essas, ...

Meus senhores, o assunto é sério, e temos que assumir as responsabilidades, «*xi nón cotá mólêla pé són, sela nón sele*».

Portanto, quero fazer um apelo aos Srs. Deputados, temos que assumir, criar uma equipa para um inquérito, temos aqui os senhores que já trabalharam na EMAE e conhecem-na, que podem fazer parte da equipa e vamos tentar visitar esta empresa.

Sr. Ministro, com a sua visita, nós vimos na Televisão que fez visita às estradas que estão agora em reparação, mas pronto, não falou sobre essa situação, ninguém perguntou nada. Tenho feito umas viagens ao distrito de Caué e vejo que nessas estradas com passagens de transportes pesados, há partes já feitas, mas ainda estão a refazer. Eu não sei também que tipo de negócio é feito, qual será a reacção da empresa

quanto a isso, ou se o País vai entrar em dívida por isso, se já pagou, vamos voltar a pagar para o trabalho, eu não sei.

Quer dizer, tudo isso são medidas que temos que tomar muito seriamente.

Sr. Ministro de Juventude e Desporto, tudo aquilo que o senhor disse aqui, para mim, é um acidente. E acidente que houve vítima mortal, temos que assumir.

A pessoa que andou ontem a «mandar tanta boca» contra o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, contra o povo deste país, a dizer que assaltámos o poder, e se assaltamos o poder, meus senhores, fizemos bem. Digo-vos claramente, se esse poder foi assaltado, foi um bom assalto, porque se não fosse esse assalto, o País ia a «bancarrota», agora vamos assumir com o nosso assalto, fazer o que é necessário, ...

Aplausos gerais.

E se todo o tipo de assalto for assim, eu aconselho a assaltarmos tudo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Pires Neto, Sr. Presidente do MLSTP/PSD, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, bom dia. Sr. Primeiro-Ministro e todo o Elenco Governamental aceitem os meus cumprimentos, Srs. Deputados boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, nunca é de mais felicitar e manifestar a minha satisfação porque o senhor está a dar um exemplo de que vivemos num País verdadeiramente democrático. Esta é a Casa da democracia, e o Sr. Primeiro-Ministro teve a coragem de vir cá, perante os Deputados colocar-nos o estado da Nação. Não o fez na Televisão, mas fê-lo no local próprio, por isso, quero lhe felicitar.

Como vê, Sr. Primeiro-Ministro, é fácil falar com os representantes do povo, explicar as origens das coisas, obter dos representantes do povo alguma contribuição para que possamos fazer uma boa governação em São Tomé e Príncipe para o bem-estar do nosso povo e da população em geral.

É com tristeza, Sr. Primeiro-Ministro, que tomo conhecimento dos factos aqui apontados, mas não é com espanto, porque nós já havíamos levantado todas essas questões. Era sim, do nosso conhecimento.

E por ter sido do nosso conhecimento, foi a causa que nos levou a introduzir uma Moção de Censura contra o XIV Governo do Sr. Patrice Trovoada.

Aplausos gerais.

Veio aqui nos mostrar que estávamos certos, que a nossa preocupação era legítima, e que nós não queríamos assaltar o poder, mas sim, queríamos dar ao País um governo capaz de fazer coisas para dignificar o nosso país, para criar coesão social, solidariedade entre os são-tomenses, a fraternidade, valores, que nós consideramos de grande importância e é assim que nós queremos que São Tomé e Príncipe seja, para que nenhum são-tomense possa ser deixado para trás.

Este é o País que nós queremos, o País de justiça social, onde se preocupa com o bem-estar daqueles que necessitam e não daqueles que usam o bem do povo para encher os seus bolsos e resolver os seus problemas.

Aplausos gerais.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD visitou os hospitais, vimos a situação que vimos e anunciamos: medicamentos com prazos ultrapassados, falta de soro, luvas e demais, já sabíamos. Falamos das viagens do anterior Primeiro-Ministro, do avião fantasma e das desconfianças que tínhamos e o jornal está a tentar comprovar, porque diz que o Governo quer fabricar situações para colocar na residência do Sr. Primeiro-Ministro e de outros Ministros, drogas e armas, para ter o argumento para os acusar.

Drogas e armas, Sr. Primeiro-Ministro, já lá estão, ...

Risos

E eu disse aqui publicamente, que o Sr. Primeiro-Ministro era traficante e ele não saiu ao público para responder. Este caso, sim, o Sr. Primeiro-Ministro deveria ter acorrido ao Tribunal e não ao comunicado do MLSTP/PSD.

Falou aqui o Sr. Ministro das Obras Públicas e o Sr. Primeiro-Ministro também sobre o assunto dos barcos. Acho interessante! Costuma-se dizer que aqueles que são sacrificados durante a vida, acabarão por ser heróis depois da morte.

Quando levantei a questão dos barcos fui sacrificado. São Tomé e Príncipe, todo o País falava disso: — «Jorge Amado assinou o acordo para que os barcos viessem para São Tomé.»

O Sr. Primeiro-Ministro sabe melhor do que eu que o Embaixador não assina acordos nenhuns, daí que Jorge Amado não podia assinar nenhum acordo para trazer barcos para São Tomé.

Conheci, realmente, o Director ou o Gerente da empresa. Conheci-o porque foram à Embaixada fazer um pedido de visto para virem à São Tomé. Pedido de visto! E eu quis saber qual era a razão que os trazia à São Tomé. Tinham que o fazer por escrito.

E fizeram por escrito, justificando que vinham encontrar-se com o Sr. Tenjua e o Sr. Afonso Varela.

Bom, achei que o Governo, provavelmente, não estaria dentro do assunto, então fiz um apelo para informar ao Governo, ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado tem ainda muito tempo para fazer o uso da palavra, mas fui informado que a Rádio não está a transmitir e a Televisão está a transmitir com muitas deficiências. Portanto, pedia aos serviços para averiguarem.

Pausa.

Segundo informações técnicas, a esta hora há sempre interferência dos emissores da Voz da América e, portanto, vamos continuar.

Se faz favor, Sr. Deputado, pode continuar com a sua intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Quando falava sobre a problemática dos navios que se encontravam nas nossas águas, dizia que muitas vezes, volto a repetir, somos sacrificados durante a nossa vivência e transformados em heróis depois da morte. Este problema dos barcos, quando foi levantado aqui por mim, Jorge Amado foi crucificado na praça pública como quem tivesse assinado o acordo para que esses barcos viessem para São Tomé, conhecia o negócio, participou nele e porque não recebeu a sua parte estava criando problemas. Era triste ouvir isso, era calunioso, mas estava esperançado de que algum dia a verdade pudesse vir à tona. Eis a feliz sorte, a verdade veio à tona, mas gostaria de explicar aos Srs. Deputados, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Ministros, provavelmente, não sabem da história, vou contar este rosário. Enquanto embaixador, o Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente que embaixador não pode assinar nenhum acordo, foi-me solicitado vistos para vir a São Tomé. Ora, na altura o pedido de visto foi para 14 pessoas, sendo cinco americanos, cinco nigerianos e quatro taiwaneses. Estranhei com o pedido e disse que fizessem por escrito e foi assim que me apresentaram uma solicitação por escrito, dizendo que vinham negociar com o Sr. Tenjua e o Sr. Varela sobre o assunto de energia para São Tomé e Príncipe, exploração de gás e instalação de um banco. O Sr. Ministro falou em três vertentes, conheço quatro. Dei o visto, mas como percebi ou julguei que este negócio, se calhar, estava passando à margem do Governo, decidí fazer uma nota, informando ao Governo de que iria chegar a São Tomé, na data tal, um grupo de empresários saídos de Taiwan, para tratar dos assuntos seguintes e remeti uma cópia original ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e outra à Presidência da República. Ora, depois da visita dos empresários a São Tomé e Príncipe...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Srs. Deputado, há uma informação do Sr. Director da Rádio Nacional, dizendo que a esta hora a potência dos emissores da voz da América é tão alta que interfere no sistema de transmissão junto da Rádio Nacional. Daí que eles suspenderam mesmo devido a má qualidade, mas a televisão está a passar.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Tanta interferência, Sr. Presidente, que tenho que engolir o fôlego.

Bem, depois de regressarem a Taiwan, chamei o director da referida empresa para saber como é que foi a sua recepção em São Tomé, como é trataram as coisas e se isso era mesmo para valer. Ele me disse que sim, eu tinha o meu secretário ao lado a fazer a acta do encontro, que viriam para São Tomé para fazer uma exploração de gás e nos países do Golfo da Guiné que produzem petróleo e que neste negócio São Tomé iria receber 25% e eles teriam 75%. Nesse processo de exploração de gás tinham a possibilidade de enviar um cabo para a terra de forma a fornecer energia a partir do barco. Igualmente iriam servir de plataforma para que todos os barcos que viessem de outras partes do mundo, em vez de ficarem mais de 2 ou 3 dias à espera nas nossas águas, poderiam, em questões de horas, descarregar para este barco que, posteriormente, enviaria para a terra. Tinham a intenção de instalar aqui um banco e depois iriam levar a sua rede para todos os países do Golfo. Fiquei satisfeito até com a explicação, bati palmas, mas, ao concluir o relatório, introduzi uma recomendação ao Governo, porque enviei este relatório, solicitando ao Governo a possibilidade de ver com as instituições taiwanesas, que conhecia e que indiquei várias vezes aos dirigentes que lá foram, a possibilidade de conseguir uma linha de crédito para que aumentasse a quota de São Tomé, de 25 para 45%, porque Taiwan estava disponível a fazer isso, mas não obtive nenhuma resposta.

Terminada a minha função em Taiwan, regresssei a São Tomé e dei conta que os navios estavam cá há mais de 7 meses, aliás eram oito navios, quatro eram visíveis e quatro não, e que nenhuma descarga estava a ser feita, portanto, não servia de plataforma, São Tomé e Príncipe não estava a explorar gás,

portanto, não havia gás a se explorar, não vi nenhum tubo que passou para a terra para que a energia fosse fornecida, nem banco nenhum foi solicitado.

Quis saber que tipo de acordos havia entre o Governo e a empresa, não conhecia. Como líder de um partido político, solicitei ao governo que nos desse a conhecer que tipo de acordo existia, porque razão todas as pessoas com quem falamos não conheciam o acordo e nem sequer visitaram o barco pelo menos uma vez. Tínhamos conhecimento que o ex-Primeiro-Ministro ia para o barco na calada da noite. Dizia eu, não sabia que o ex-Primeiro-Ministro era pescador, o que é que ia fazer naquele barco e porque é que tantas vezes ia para o barco e a gente cá na terra não sabia o que se passava lá.

Daí que muitas informações que foram dadas sobre os barcos davam mostras de que havia algo anormal, cheirava a outras coisas que não quero aqui pronunciar. Nós, o MLSTP/PSD, como Partido responsável, não poderíamos estar a assistir a tais coisas, passando no nosso Território, pondo em risco a vida da população, pondo em risco a existência do nosso país.

Hoje, é com satisfação, Sr. Primeiro-Ministro, que vejo que alguém vem ao público para dar alguma explicação ao povo são-tomense sobre esses barcos. Não estamos contra negócios nenhuns com empresas estrangeiras. Queremos investimento estrangeiro, mas queremos transparência. Daí que muito obrigado por esse esclarecimento.

Hoje estamos cá e temos o espaço do ADI, portanto, deserto. Ora, não é esta a democracia que queremos, queremos uma democracia participativa. Não queremos que o ADI faça panfletos, mas que venha cá falar, é este o local próprio e não lá fora.

Não temos nada contra o ADI, somos um partido democrático e na democracia admitimos a existência de todos os outros partidos e quanto mais fortes melhor. Queremos um ADI forte, mas não queremos um ADI de dilapidadores, de trapaceiros. Queremos um ADI que represente o povo são-tomense. Acho que os militantes do ADI, tenho lá muitos amigos, porque esse país é de todos nós, deveriam sancionar os seus dirigentes.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor foi chamado a assumir funções neste Governo para promover a justiça social e nesse processo de justiça social todos os são-tomenses contam, quer sejam do ADI, do PCD, do MDFM/PL, do MLSTP/PSD, todos somos filhos desta terra, todos queremos o bem para esta terra e todos queremos viver. Sei que o senhor tem capacidade para isto, aliás este é que é o Governo constitucional, o Governo com o suporte da maioria dos Deputados da Assembleia Nacional.

Aplausos gerais.

Daí que, Sr. Primeiro-Ministro, quero desejar-lhe muito sucesso na sua tarefa, que não é fácil, mas sei que vai conseguir, para si e a toda a sua equipa.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Já não temos mais inscritos e gostaria de saber de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro se há esclarecimentos adicionais a serem feitos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, havia uma questão que havia sido levantada, agora não me lembro do nome do Sr. Deputado que a levantou, sobre as pensões que o Estado serve às pessoas idosas. É verdade que uma herança que tivemos da anterior administração foi o não pagamento da mísera pensão paga às pessoas que deram toda a sua vida trabalhando para este país e que hoje, com forças depauperadas, teimam a ela. Mesmo assim essa pensão não vinha sendo paga. Este Governo pagou e tem o propósito de aumentá-la, mesmo com todas as dificuldades, como também tem o propósito de dar uma pensão à altura das nossas possibilidades, mas mais condigna aos sobreviventes do 53.

Aplausos gerais.

É que não faz sentido e até é um pouco caricato, que na data em que comemoramos este dia de luta contra a dominação colonial e recordamos os que pereceram pela nossa liberdade, que nos mostremos a essas pessoas e que não tenhamos um olhar justo em relação à situação em que elas vivem. Portanto, o Governo, na senda daquilo que disse o Sr. Ministro das Obras Públicas, vai fazer um esforço para que essas pessoas tenham melhor carinho da nossa parte.

O que dissemos aqui, Srs. Deputados, é expressão da verdade. Há ainda algumas coisas que não dissemos, não pela vontade de querer omitir. Há muitas dívidas, há dívidas que vamos pagar em relação a *STP-Trading*, que se andou aqui a falar como arma de arremesso, que se andou aqui, de uma forma irresponsável, a se utilizar para manchar. Houve gente que fez a prisão e hoje está provado que essas pessoas não cometeram ilícitos e o Estado vai ter que pagar os 5 milhões de dólares e vai ter que pagar, certamente, indemnização às pessoas que fizeram, injustamente, a prisão.

Falo com propriedade, hoje na qualidade de Primeiro-Ministro, ontem como advogado nesse processo, que conheço profundamente e que alertei as pessoas com poder de decisão para que se acautelassem os interesses do Estado são-tomense, que não se privilegiasse o aspecto penal dessa questão, porque eu tinha informações precisas e que evitássemos a todo custo que perdêssemos uma oportunidade de uma operação que podia ter o impacto para diminuir o fardo que suportamos com a importação de mercadorias que são necessárias para o nosso consumo. Ao mesmo tempo teríamos a possibilidade de ter um factor que dinamizasse o comércio em São Tomé e Príncipe.

Perdemos essa oportunidade por incúria, por malvadez, por vontade de se querer utilizar um processo como arma de arremesso para se atingir pessoas. Ninguém me venha dizer o contrário, avisei as pessoas e vamos ter que pagar. Vamos ter que pagar os senhores dos barcos, o Sr. Ministro disse aqui que já se pagou uma parte; vamos ter que pagar sinergias, 3 milhões de euros. Está no rol das dívidas que este Estado tem. Somos um Estado altamente endividado.

Recebi há dias uma comissão dos transportes públicos, reclama-nos dinheiro e há outras pequenas dívidas. É o que tenho dito, que temos que ter a noção de quanto o Estado deve. Devemos lares onde nossos doentes estão, sobretudo em Portugal. Há o lar do Sr. Valinho, que me telefona quase todos os dias, porque temos dívidas. Temos a questão dos doentes hemodialisados em Portugal.

Por isso, quando as pessoas dizem que este Governo está a brincar porque não conhece o País, dá-me uma graça. Indivíduos que nunca trabalharam, ou que só trabalham quando estão no governo. É fácil, fiquei 12 anos sem exercer funções públicas, vocês o sabem. Era advogado e toda a gente via-me nos tribunais, tendo intervenções. Gostaria que as pessoas que dizem que eu não percebo nada disso, e quero não perceber, teria a humildade de dizer, ninguém pode saber tudo, mas volto a dizer que tenho noção de Estado. Tive educação de berço, porque não criei na rua. Criei humilde, modestamente, mas em casa.

Aplausos.

Temos que ter muita atenção, porque há uma coisa que me chama sempre atenção, que são efectivamente os meninos de rua. Meninos de rua de ontem, jovens com traumas de infância e dirigentes desbocados de amanhã.

Aplausos.

Portanto, façamos tudo para que esse conceito de cidadania que pode fazer com que as nossas crianças sejam bons cidadãos de amanhã, e é esse exercício que estamos a fazer aqui, capazes de terem uma boa escola, uma boa educação e capazes de assimilarem e de verem exactamente qual é o caminho que nos deve conduzir à felicidade colectiva, e não para uns. Porque quando me dizem que o ódio é que está a fazer o Dr. Gabriel Costa contra o Dr. Patrice Trovoada, que disparete.

Não há ódio coisa alguma, estou a fazer o meu direito de cidadania. Tenho a obrigação e a legitimidade para o fazer, desde a idade dos 18 anos que luto para a dignidade dos meus concidadãos, que luto para que um pão possa chegar à boca de toda a gente. Sempre o fiz com responsabilidade, com amor pelo meu próximo e com amor pelo meu povo. Não conheço o meu povo só quando estou no poder, ou quando estou em campanha. Sou daqui e vou morrer aqui! Tenho um compromisso com este povo. Não tenho desígnio nenhum, não sou nenhum profeta, porque há uns falsos profetas da democracia que apregoam e rotulam as pessoas disto e daquilo, mas é curioso, por isso é que insisto sobre a questão da cidadania, porque ela fará com que tenhamos cidadãos capazes de distinguir o bem do mal.

Porque as pessoas não querem saber a origem dos fundos que determinadas pessoas ostentam sem poder justificar a sua origem. O que estamos a dizer é que não queremos que o nosso solo sagrado, base e alma da D. Alda do Espírito Santo, que libertámos das amarras do colonialismo, possa servir para que alguns se enriqueçam e façam troça dos outros.

É por isso que assumimos essa missão, uma missão difícil, espinhosa e que é nobre. Vamos até onde for possível, porque aquilo que dissemos aqui que queremos o desenvolvimento sustentado do nosso, não é uma coisa mágica. Toda a gente que aspira dirigir tem que ter noções mais elementares de como atingir o desenvolvimento.

Meus senhores, com essa estrutura que temos não vamos a lado nenhum, não faremos reformas que são fundamentais, não vamos a lado nenhum; não agarraremos na classe empresarial para organizá-la e dar coragem para que tenha meios, não vamos a lado nenhum, estamos a fingir. Este último governo quis asfíxiar a classe empresarial são-tomense. Foram tão maldosos que vamos novamente à história do arroz. Pouco antes de sair, lançaram o concurso público para importação de alguns géneros mais importantes no cabaz alimentar que utilizamos na nossa vida quotidiana. Fizeram o apelo, mandaram cartas aos operadores económicos para que procedessem à importação. Esses operadores foram à banca, toda a gente conhece a taxa de juro, por volta de 19% e tal...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — 25%!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...para cima dos 20%. Fizeram um esforço na mira do poder exercer a sua actividade comercial e colocaram produtos aqui, entre eles, o arroz. O que é que fez o último governo de uma forma leviana? Receberam o arroz do Japão, prometeram às pessoas que não iam meter o arroz no mercado para que eles pudessem vender o seu arroz, é normal, porque o arroz do Japão é um dom que gera um fundo de contrapartida e que está submetido a determinados procedimentos. Pois bem, meteram o arroz do Japão no mercado a 10,5 mil dobras e 13,5 mil dobras para o consumidor. Do ponto de vista populista toda gente aplaude esta decisão, mas do ponto de vista da justiça elementar não se pode afogar a quem se convidou para poder importar o arroz, que todas as contas feitas tinha que vender pelo menos a 16,5 mil dobras para não perder dinheiro. Meteram o arroz a 10,5 mil dobras para estrangular a quem se pediu para fazer esse esforço. É no mínimo desonesto. Depois dizem que estão preocupados com o povo pequeno. É uma forma demagógica de se preocupar com o povo pequeno. Isso não obedece a esse *dumping*, porque se formos ver o preço do arroz no mercado internacional, é impossível importarmos o arroz e vender a esse preço, mas sabem porque é que fizeram isso? Por isso é que digo aos Srs. Deputados que a minha convicção é que as pessoas queriam «saltar do bote», porque sabiam que tinham provocado um buraco tremendo e porque tinham desejos outros, se calhar criaram essa situação para «saltar do bote» e depois encontrar um bode expiatório. Qual assalto ao poder qual quê?

Porque se não, toda a gente sabe que depois de acabar o arroz do Japão quem vai importar arroz para vender a 13,5 mil dobras? Quem vai vender arroz à perda? É preciso esclarecer isso às pessoas! Esses indivíduos não têm escrúpulos, agarram numa questão que é sensível, porque baixaram drasticamente o preço do arroz para fazer crer à população que são amigos do povo pequeno, sabendo de antemão que para que se continue a vender o arroz a esse preço tem-se que subvencionar. Tem-se que arruinar os operadores económicos, aqueles que fazem disso o seu modo de vida normal, apenas e exclusivamente com o propósito de natureza política.

Quando chegamos encontramos essa situação e claro está, psicologicamente, o que é que acontece? O arroz a 13,5 mil dobras, sobretudo para as famílias de menos rendimento, famílias numerosas, é muito mais proveitoso consumir arroz do que consumir banana. Toda a gente sabe quanto é que está um molho de banana. Cerca de 25 000 dobras...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — O molho de banana-pão está a 40 000 dobras.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A banana-pão está a 40 000 dobras. Portanto, estimulou-se o consumo do arroz. Temos hoje a necessidade de importar muito mais quantidade de arroz. O que é que eles estavam à espera? É porque são amigos do povo, porque querem a estabilidade. Produziram panfletos a dizer que já estamos a vender o arroz a 16 000 dobras. Estamos a subvencioná-lo e não temos outra forma de o fazer, subvencionar o arroz para estabilizar, pelo menos nesta fase, para não provocar situações de desequilíbrio, mas como somos honestos vamos dizer às pessoas que é uma medida transitória.

Porque não vamos afogar os comerciantes, porque o Estado não tem vocação para vender arroz. A economia é uma ciência como outra qualquer, o Estado intervém para regular. Precisamos de empresários e precisamos também que as pessoas comprem os produtos que são produzidos aqui. O que me admira é que esses sabedores e fazedores de sonhos, que dizem perceberem tanto da coisa económica, fazem isso tudo e não vejo qual é a sustentabilidade.

Porque se as pessoas estão a produzir, dizemos a elas que devem produzir, sobretudo incitamos as pessoas a produzirem coisas a terra, até com vista à exportação, a colocarem no mercado da nossa sub-região, como é que vamos tomar medidas que desencorajem as pessoas a produzir? Se não consigo vender a banana, está a estragar, deixo de produzir. Quem diz banana, diz outros produtos.

Meus senhores, a situação é muito mais séria. Estamos empenhados e precisamos do concurso de toda gente, não temos o saber infuso, para organizar o nosso país; para criar condições para que haja um desenvolvimento sustentado; para que as pessoas tenham mais água, mais luz e tenham casas sociais. Há gente que vive em situações muito precárias.

As aves de mau auguro têm estado a propagar que não vamos conseguir estabelecer cooperação com países amigos, com os nossos parceiros estratégicos, porque há dificuldades de se ir para Angola, que Angola não quer nada connosco. Quer dizer, nesse afâm destruidor e antipatriótico, estão convencidos que nos vão impedir de fazer aquilo que devemos fazer para debelar as dificuldades que criaram. Vamos fazer! Vamos encontrar casas sociais; vamos multiplicar os contactos, porque há pessoas que acreditam que é possível fazer-se de forma diferente.

Não vamos ceder a perturbações; vamos trabalhar, sobretudo, em sintonia com os partidos que sustentam o Governo, com a Assembleia, enquanto entidade fiscalizadora da acção governativa, com o Sr. Presidente da República, o garante do regular funcionamento das instituições, para que este país possa efectivamente entrar na senda do desenvolvimento.

Aplausos.

Sras. e Srs. Deputados, estaremos disponíveis para toda a informação necessária e submeter-mo-emos ao que os Srs. Deputados entenderem por bem sobre a conclusão a que chegarem relativamente às matérias aqui debatidas.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro pelas suas últimas palavras.

Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao fim deste interessante debate, estamos todos convencidos de que foi um grande exercício. Temos apenas a lamentar a ausência dos nossos colegas do ADI, temos que sublinhar isso. Esta ausência poderia ter contribuído para que o exercício do contraditório se pudesse fazer da melhor forma. Porém, continuamos a respeitar a posição assumida pelos mesmos, não obstante estarmos em desacordo.

Não irei fazer aqui a síntese das questões, porque foram quase seis horas de longas discussões, uma conversa profunda e interessante para o País, onde ficou claro que o XIV Governo cometeu uma série de desmandos e omitiu uma série de informações, quer ao Parlamento, quer à Nação. Neste sentido, como vos dizia, tenho em mãos uma proposta de um grupo de Deputados para que se submeta a este Plenário um projecto de resolução. Mas antes disso, Srs. Ministros, Srs. Deputados, permitam-me fazer referência a duas pequenas questões.

Pela segunda vez, tomei conhecimento das diligências do Grupo Parlamentar do ADI, no sentido de fazer contactos com alguns departamentos do Governo, visando visitar instituições sem observar, portanto, os trâmites habituais e regimentais da nossa Casa. Gostaria de aproveitar a presença do Governo, particularmente de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e os seus Ministros, para vos informar, primeiro, que há uma tradição da Casa, em que as solicitações dos parlamentares obedecem a mecanismos próprios e passam regularmente pela Mesa da Assembleia. O Governo, por seu lado, tem o Ministro que trata de questões parlamentares e gostaríamos de pedir ao Governo que rejeitasse todas as iniciativas que não observassem esses procedimentos.

A segunda questão tem a ver também com uma série de questões que foram aqui abordadas. As competências dos parlamentares estão claramente definidas nos Estatutos e no Regimento da Assembleia, daí que a resolução que vamos, estou convencido, aqui aprovar não afasta a possibilidade de os Srs. Deputados irem assumir outras iniciativas. Por isso, gostaria de chamar a vossa atenção para estarem plenamente conscientes disto e permanentemente atentos, quer a iniciativas que o Governo vai assumir na sequência dessa resolução que vamos aprovar, quer no quadro das nossas responsabilidades enquanto parlamentares.

Proponho ao Sr. Secretário que faça a leitura do projecto de resolução para a sua análise e aprovação.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projecto de resolução é do seguinte teor: «Projecto de resolução n.º 63/IX/13: Considerando o carácter gravoso de determinadas declarações levantadas no presente debate alusivas às ilegalidades ocorridas no decurso de XIV Governo Constitucional;

Atendendo que, pela sua natureza, se impõe que sejam devidamente averiguadas os factos a elas atinentes, tendo em vista o apuramento de responsabilidades por parte dos respectivos actores;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do Artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, instar o Governo a submeter ao Ministério Público todas as questões consideradas anómalas e ilegais ou que indiciem a prática de crimes de corrupção, tendentes às devidas investigações e ao apuramento de responsabilidades.

Artigo 2.º, a presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional em São Tomé, aos 14 de Fevereiro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto*.

O Sr. **Presidente**: — Excelências, submeto a questão para apreciação na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, de dizer que este é um expediente que era completamente incontornável e tinha que ser feito. Mas ouvimos também o apelo do Sr. Presidente, em relação há muitos assuntos que foram ditos aqui, iremos propor a criação de comissões parlamentares de inquérito.

Finalmente, para dizer que não me lembro de, na história da República, ter havido, pelas afirmações feitas aqui, tantos indícios de corrupção, delapidação de bens públicos e violação dos interesses do Estado.

Acho que essa Procuradoria-geral da República podia triplicar o número de magistrados que lá estão para pegar essas coisas a sério, mas como também tenho muitas dúvidas, esta Procuradoria com o anterior Procurador-geral deu-nos exemplos de não fazer absolutamente nada para os interesses do Estado. Só fez para os interesses do ADI. Temos agora um novo quadro e estamos convencidos que esta nova direcção,

que esta nova Procuradora-geral fará o papel que a Nação precisa, porque muitas coisas que foram aqui ditas não precisam de expedientes outros, há a actuação imediata, mas não estamos habituados a isso. Vamos introduzir aqui na Nação, contribuiremos para isso, o princípio de cada um assumir a sua responsabilidade.

Sr. Primeiro-Ministro, agradeço-lhe, mais uma vez, por que o Governo fez a sua parte e vai continuar a fazer a parte que lhe compete. Continuaremos a fazer a parte que nos compete e, repito, espero que as outras partes façam a parte que lhes compete.

Tivemos aqui anúncios e declarações feitas de violação de muitas leis da República; desvios de fundos, indirectamente, pelo menos há suspeições nesse sentido; verbas que foram utilizadas sem serem orçamentadas; acordos assinados com pessoas isoladas; os 12 milhões de dobras não se sabe onde é que foram parar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero chamar atenção dos Srs. Deputados que estamos a apreciar a resolução. O período de observações genéricas já foi ultrapassado.

Estamos na generalidade relativamente ao projecto de resolução e, se não houver mais intervenções, vamos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos votar na especialidade, preâmbulo e os artigos 1.º e 2.º.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Votação final global do *projecto de resolução n.º 63/XV/13.*

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaríamos de aproveitar a ocasião, uma vez mais, para lhe agradecer a si e ao seu elenco governamental. Agradecer também a participação das Sras. e dos Srs. Deputados, anunciando que temos amanhã uma nova sessão e gostaríamos desde já de contar com a presença de Sua Excelência a Sr. Ministra da Justiça e demais membros do Governo, que nos pudesse brindar com a sua presença.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Faltaram à sessão os Srs. Deputados do ADI.

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**

Adilson Cabral **Managem**

Alexandre da Conceição **Guadalupe**

André Varela **Ramos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**

Cecílio Quaresma da Graça Sacramento

Celmira Almeida do **Sacramento**

Domingos José da Trindade **Boa Morte**

Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa

Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**

Hélder **Paquete** Lima

Heliodoro Pires **Quaresma**

Idalecio Augusto **Quaresma**

Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**

José da Graça **Diogo**

José António do Sacramento **Miguel**

José Manuel M. Costa **Alegre**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Manuel da Graça José **Narciso**

Mário **Fernando**

Martinho da Trindade **Domingos**

Octávio Costa de Boa Morte **Fernandes**

Paulo Jorge de **Carvalho**

Roberto Patrício das Neves **Lombá**